

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

WILLIAM FAGNER ALVES DE MATOS

**SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: AS NOVAS POSSIBILIDADES DE
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GO-
VERNAMENTAIS**

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2019

WILLIAM FAGNER ALVES DE MATOS

**SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: AS NOVAS POSSIBILIDADES DE
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GO-
VERNAMENTAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, com exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Jácса Vieira de Caldas.

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2019

WILLIAM FAGNER ALVES DE MATOS

SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: AS NOVAS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, com exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Jácsa Vieira de Caldas.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Esp. Jácsa Vieira de Caldas
Orientadora

Prof.^a Ms. Sheyla Alves Dias
1º Examinadora

Prof.^a Esp. Jamille de Lima Vieira
2º Examinadora

JUAZEIRO DO NORTE- CE
2019

Dedico este trabalho para meus pais, Celma e Cícino, por serem os grandes responsáveis pela dedicação e esforço que fizeram para que esse ápice tornasse possível, aos meus amigos/as e professor/as que contribuíram para que eu conseguisse trilhar os caminhos até aqui.

AGRADECIMENTOS

Para que minha graduação e o presente trabalho fossem conclusos, muitas pessoas estiveram ao meu lado, e desejo aqui, deixar meu agradecimento a cada uma delas. Agradeço primeiramente à Deus por todas as bênçãos recebidas, sem Ele em minha vida nada seria possível.

Aos meus pais que agradeço por todo suporte e incentivo, por serem os grandes formadores da pessoa que sou, por todo amor e dedicação recebido durante minha vida, vocês são meus exemplos. Rafael, Raniela e Graziela meus irmãos amados, motivo de toda minha força e vontade em concluir esta graduação. Luciano de Joda, meu amigo, irmão e companheiro, por toda compreensão, colaboração, amor e carinho, ele foi o pilar da minha carreira profissional.

Dayana, minha amiga, minha confidente em todos os momentos, foi o anjo que Deus me enviou para cuidar de mim em todos os dias na faculdade que de uma forma especial e carinhosa me deu força e apoio durante esses quatro anos e meio!

A Prof.^a Jácsa orientadora deste trabalho, obrigado por toda ajuda, por ter me dedicado seu tempo e paciência, pelos ensinamentos e atenção a mim concedida, você é maravilhosa, eu nunca irei esquecer de você! Obrigado queridos professores Rose, Rita Fabiana, Pedro Adjedan, Helayde Mendonça, Maridiana Dantas, Aldair Pericles, Dalva, Pautília, Sheyla Dias, e Cecília, por aceitarem dar suas contribuições para este trabalho, todos os docentes que fizeram parte da minha graduação e à nossa coordenadora de curso Márcia Teotonho.

Minha turma querida, agradeço à todas e a, Itana, Wergila, Iris, Vanessa, Barbara, Zuleide, Beatriz e Claudiana! Por esses 4 anos e meio de convivência, amizade e ensinamentos.

Amanda Dias, Jéssika Lays, Miguel Filho e Vává, que infelizmente não se formam conosco mais que fizeram parte da minha vida durante esses anos.

Meirinha, Bá, Mikaele, Naya, Celma, Flávio Seu Lopes, Seu Nilton (corpo de funcionário da UNILEÃO), obrigado por cada momento, pelos aperreios, tristezas, sorrisos e trabalhos! Sem vocês esses 4 anos e meio não valeriam tanto pra mim!

Lela e, Lunara (Biblioteca) meu agradecimento especial, por todas às vezes que me ajudaram, orientaram e tiraram minhas dúvidas! Rs

A minha outra turma de coração, meus agradecimentos especiais Vânia, Ana, Lú, Bel e Helô.

À todos os funcionários da UNILEÃO, que muito contribuíram para minha formação, tanto pessoal quanto profissional, à minha Supervisora de campo Eulina Alves, Socorro Fernandes e Suene Pontes, por ter me proporcionado inúmeras experiências e ajudado na formação do profissional que hoje sou, agradeço toda a ajuda, compreensão e ensinamentos

Italo, Kelvem, Luan, Renata, Raniele, Jamillys que por anos foram meus companheiros de confidências quando eu mais precisava na rota Nova Olinda-Juazeiro do Norte, todos os dias.

Aos meus amigos, meus irmãos Jefter Maia e Rômulo Alves que estiveram comigo em vários momentos da graduação, nem que fosse pelo whatsapp, mas sempre esteve comigo.

E aos que aqui não citei, mas que de qualquer forma estiveram presentes em minha vida durante esses quatro anos, obrigado! Obrigado! Obrigado! Sem vocês não teria forças nem recursos para fazer desse sonho realidade.

Gratidão!

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo produzir uma reflexão crítica sobre as novas possibilidades de atuação do assistente social junto as ONG's, a fim de ampliar o conhecimento e mostrar a importância do fazer profissional dentro das Organizações não governamentais. As transformações políticas, sociais, econômicas, ocorridas ao longo dos últimos vinte anos, determinaram novas possibilidades do assistente social dentro desses espaços. É necessário fazermos uma reflexão acerca do papel do Assistente Social dentro da sociedade. Para tanto, foi adotada a metodologia de pesquisa de natureza qualitativa e de caráter crítico dialético, afinada na revisão de literatura e pesquisa de campo. O primeiro capítulo esclarece acerca do Assistente Social e Terceiro Setor, para uma melhor compreensão. Em seguida, o segundo capítulo destacou-se sobre a atuação dessa profissional no contexto contemporâneo e o terceiro setor enquanto um novo campo de atuação do mesmo. No terceiro capítulo, foram analisados os dados obtidos a pesquisa. Assim, conclui-se que, a atuação do Assistente Social não é desenvolvida da forma como deveria acontecer.

Palavras-chave: Assistente Social. Terceiro Setor. Ideário Neoliberal.

ABSTRACT

The purpose of this study is to provide a critical reflection on the new possibilities of the social worker working with NGOs in order to increase knowledge and show the importance of professional work within non-governmental organizations. The political, social and economic transformations that have occurred over the last twenty years have determined new possibilities for the social worker within these spaces. It is necessary to reflect on the role of the Social Worker within society. For that, the research methodology of a qualitative and dialectical critical nature, refined in literature review and field research, was adopted. The first chapter clarifies about the Social Worker and Third Sector, for a better understanding. Then, the second chapter was highlighted about the performance of this professional in the contemporary context and the third sector as a new field of current the same. In the third chapter, the data obtained from the research were analyzed. Thus, it is concluded that the performance of the Social Worker is not developed in the way that should happen.

Keywords: Social Worker. Third sector. Neoliberal Ideology.

LISTA DE SIGLAS

- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- BPC – Benefício de Proteção Continuada
- CFAS – Conselho Federal de Administração
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
- CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
- CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
- NOB SUAS – Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social
- ONG – Organização não Governamental
- PNAS – Política Nacional de Assistência Social
- PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos
- SUAS – Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICO DO TERCEIRO SETOR ATRELADO AO IDEÁRIO NEOLIBERAL.	12
1.1 O SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE CONTEMPORÂNEO	12
1.2 DESESTATIZAÇÃO, DESREGULAMENTAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL.....	16
1.3 TERCEIRO SETOR E SUA CONFIGURAÇÃO	20
CAPÍTULO II – TERCEIRO SETOR: AS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEO	27
2.1 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E OS REBATIMENTOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL	27
2.2 A INSTRUMENTALIDADE EM QUESTÃO: UM FATOR ESSENCIAL NA CONSTRUÇÃO PROFISSIONAL	32
2.3 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO TERCEIRO SETOR	37
CAPÍTULO III – OBSERVAÇÃO E EXPLANAÇÃO DOS FATOS: DESVELANDO O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO COTIDIANO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM JUAZEIRO DO NORTE-CE	45
3.1 ITINERÁRIO METODOLÓGICO: PERCORRENDO AS FASES DA PESQUISA.....	45
3.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E SERVIÇO SOCIAL: UMA ÓPTICA DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR EM JUAZEIRO DO NORTE-CE POR MEIO DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS.....	48
3.3 CONCEPÇÕES E AS EXPERIÊNCIAS VIVENCIAIS NAS ONG’S: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICES	75

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa possui como objetivo principal produzir uma reflexão crítica sobre as novas possibilidades de atuação do assistente social junto as ONG's, buscando ampliar o conhecimento e mostrar a importância do fazer profissional dentro das Organizações Não Governamentais; desenvolver pesquisas junto aos profissionais que trabalham dentro dessas instituições; Mostrar a necessidade das ocupações de assistentes sociais dentro dos espaços compreender os sentidos que eles constroem, diariamente, na execução de sua atuação profissional.

Assim, diante do contexto social contemporâneo, essa o Serviço Social possui forte influências para com as mudanças sociais. Porém, a complexa realidade social atual traz para o Serviço Social novos desafios à intervenção profissional, cobrando do profissional uma redefinição da sua forma de atuação.

Desse modo, assistente social irá trabalhar através das políticas sociais, públicas, de organizações da sociedade civil e manifestos sociais, o qual vem a ser o ponto principal de intervenção. Portanto, é preciso ainda, compreender o processo de trabalho profissional frente com as demandas da população.

Na contemporaneidade a atuação do Assistente Social, volta-se para a participação nas lutas sociais, incorporando um projeto ético-político, voltando-se para o desenvolvimento de uma sociedade igualitária, democrática, justa e inclusiva.

Dessa forma, o Terceiro Setor surge enquanto um novo campo de atuação do Serviço Social para fortalecer o direito do sujeito, para que ele possa viver de forma digna e justa. Levantando questões que possibilite maior valorização da classe baixa, bem como busca proporcionar uma melhor qualidade de vida para a mesma.

Portanto, é relevante a pesquisa dentro do Serviço Social e Terceiro Setor, pois se trata de uma temática contemporânea e que emerge uma discussão muito pertinente para esse momento na atualidade, nesse ideário neoliberal que se tem cada dia direitos sociais burlados. As transformações políticas, sociais, econômicas, ocorridas ao longo dos últimos vinte anos, determinaram novas possibilidades do assistente social dentro desses espaços. É necessário, fazer-se uma reflexão acerca do papel do Assistente Social dentro da sociedade.

Há a necessidade da inserção profissional, nesse contexto, ocorrer de forma equilibrada e cuidadosa, crítica e construtiva, discernindo claramente a contribuição

que o assistente social pode trazer para um trabalho de qualidade social no âmbito do Terceiro Setor.

A metodologia utilizada para o presente trabalho é qualitativa e de cunho exploratório, bem como ainda possui um caráter crítico dialético por entender as transformações de mundo, para realizá-la, foram utilizadas pesquisas bibliográficas em livros e sites que abordam a temática em estudo. Neste trabalho também foi realizada uma pesquisa de campo que teve como instrumento para coleta de dados a entrevista semiestruturada individual.

O primeiro capítulo trata-se da descrição sobre a contextualização do Serviço Social e o Terceiro Setor na contemporaneidade, visando uma melhor compreensão dos mesmos, destacado ainda o contexto neoliberal.

O segundo capítulo abarca a atuação do Assistente Social no Terceiro Setor como um novo campo de atuação do Serviço Social.

O Serviço Social possui papel fundamental no que diz respeito aos aspectos, o qual vive uma luta diária em busca de direito e igualdade social, visando o fortalecimento das minorias. Além disso, a atuação do Assistente Social passou por um viés tradicional e passou para uma atuação mais crítica que fortalece o empoderamento social.

O terceiro capítulo expõe os resultados da pesquisa de campo e a análise dos dados obtidos, visando desenvolver uma discussão crítica analítica diante dos aspectos levantados na pesquisa.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICO DO TERCEIRO SETOR ATRELADO AO IDEÁRIO NEOLIBERAL.

Esse Capítulo foi responsável por enfatizar sobre a importância do Serviço Social para a sociedade, trazendo no primeiro tópico, um debate acerca do mesmo como profissão, bem como busca levantar questões pertinentes na atualidade.

O segundo tópico tratou de explanar a respeito da questão neoliberal e suas consequências para a sociedade, levando em consideração a privatização, os cortes sociais, a flexibilização das relações de trabalho e a descentralização, onde o Estado passa a ter uma participação mínima nas questões sociais, o que interfere de forma direta na democracia.

Já o terceiro tópico trata-se do Terceiro Setor e suas configurações, salientando sobre o que se refere o mesmo, sua participação social e a importância do mesmo para a questão social.

1.1 O SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE CONTEMPORÂNEO

O Serviço Social enquanto profissão possui um caráter crítico interventivo, o qual faz uso de instrumentos científico das ciências humanas e sociais, visando à intervenção sob as diversas reflexões do conjunto de desigualdades. Esta profissão possui sua inserção nas mais diversas áreas, tais como: educação, saúde, assistência social, lazer, justiça, entre outras.

Segundo Yamamoto (2009) Serviço Social se caracteriza por sua plausibilidade social, ou seja, significa que ela tem função social, tendo historicamente um dilema da especificidade profissional, em que esta especificidade possui relação direta com o seu objetivo. Para tanto, o objeto do Serviço Social está intimamente ligado a uma visão de sujeito e mundo, concretizado em uma perspectiva teórica no modo capitalista de produção.

Atualmente, o Serviço Social vem mostrando com mais nitidez o seu espaço no mundo do trabalho, o/a assistente social possui suas ações profissionais pautadas no Código de Ética da profissão de 1993 e ainda na regulamentação da profissão Lei Nº 8662/93, tendo como valores princípios principais, defesa dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, apreciando positivamente o pluralismo. (Brasil, 1993)

A mesma tem como seu objetivo a efetivação de direitos, coletivização de informações, transformando sujeitos, não apenas em sujeitos, mas em sujeitos críticos, diferentemente da sua atuação em tempos onde a profissão tinha caráter caritativo. São ainda profissionais capazes de realizar e elaborar estudos, projetos sociais, pesquisas, entre outros, tendo enquanto campo de atuação profissional as esferas governamentais, instituições privadas e Organizações Não Governamentais, as ONGs (NASCIMENTO; MARIA ROMERA, [s.d]).

Segundo Tamarozzo e Dias (2018), durante suas atribuições, o/a assistente social tem relativa autonomia teórica, técnica e ético-política no estabelecimento de prioridades, na organização de seu trabalho e diante do atendimento à população, interferindo de forma indiretamente na reprodução da classe trabalhadora nos fatores materiais e sociais.

Compreende-se que o Serviço Social tem papel fundamental no que diz respeito às transformações sociais, implicando na democracia e igualdade social, fortalecendo a participação das minorias.

A complexada realidade social atual traz para o Serviço Social novos desafios no que diz respeito à intervenção profissional, cobrando do profissional uma redefinição nos parâmetros teóricos, metodológicos, éticos e políticos. Com o agravamento da “questão social” frente à consolidação e da crise do capitalismo e do processo de reestruturação produtiva, assume-se na atualidade distintos contornos, revelando novos desafios para a profissão. A excitação das desigualdades e a exclusão social, o empobrecimento das populações, o desemprego, a violência, a crise na proteção social, a crise financeira e o afastamento do Estado frente às demandas sociais, todos esses fenômenos colaboram para os inúmeros desafios vividos pelo Serviço Social (IAMAMOTO, 2009)

Assim, visualizar o Serviço Social na contemporaneidade é preciso perceber antes de qualquer coisa a realidade política, social, econômica e cultural da sociedade. As mudanças peculiares da expansão do capitalismo, em particular a globalização estabelece atuais desafios ao Serviço Social, onde, no contexto desta nova realidade, resulta ao profissional adotar uma postura de resistência, a qual negue o estado das coisas enquanto fatalistas e predestinada historicamente.

O Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade [...] a conjuntura não é pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário são partes constitutivas da configuração do trabalho do

Serviço Social devendo ser apreendidas como tais. (IAMAMOTO; CARVALHO: 2008; p. 55).

Desse modo, entende-se na integralidade das relações de produção e reprodução social, o Serviço Social tem um papel único de intervenção no campo das questões sociais. Não se trata apenas de infundir uma missão salvacionista frente da imensa crise social, retomando seu histórico e oriundo contexto religioso ou até legitimar ou compensar as desigualdades, diminuindo-se a um olhar assistencialista, atendendo a uma demanda do capital.

O Assistente Social é desafiado em tempos de crises, no que se refere ao enfrentamento da questão social, especialmente para a defesa do trabalho em um processo de globalização do capital, o qual se configura enquanto movimento ideológico e que se mostra como uma categoria essencial, uma vez que altera as funcionalidades do Estado (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Para Barbosa et al (2016), atualmente, no contexto do Serviço Social é possível notar o crescimento das demandas, isto é, novas responsabilidades para o Serviço Social, estando paralelo à possibilidade de amplificação de um mercado nacional de trabalho, em que se configura outro perfil profissional, de novos métodos de seleção ao desempenho profissional e o esbanjamento da categoria profissional nos locais de trabalho, no entanto, é possível perceber esta expansão como uma estratégia do Estado na possibilidade do controle da questão Social.

Neste sentido, os grandes desafios exigidos ao Serviço Social na contemporaneidade se volta para a participação nas lutas sociais, incorporando um projeto ético-político, voltando-se para o desenvolvimento de uma sociedade igualitária, democrática, justa e inclusiva, recuperando a crença de que os sujeitos históricos são capazes de criar novos padrões de sociabilidade.

Os entraves práticos - políticos e teóricos - políticos postos à profissão se situam num movimento contínuo frente das mudanças políticas, econômicas e organizacionais, que definem diferentes cenários sociais. Isto posto, o Serviço Social vem observando a mudança dos atores sociais que tipicamente faziam parte de seu universo de trabalho, passando da situação de usuários dos serviços para sujeito de direitos (NASCIMENTO; MARIA ROMERA, [s.d]).

As forças produtivas no capitalismo estabeleceram na sociedade a existência de duas classes essenciais, os possuidores dos meios de produção e os trabalhadores, donos da força de produção, através de relação interpessoal social no processo

de produção. Pode-se dizer que essas classes são antagônicas, isto é, essas possuem interesses contraditórios e, é através dessa relação que se nasce à questão social, uma manifestação da contradição de classes (BARBOSA et al, 2016).

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e do seu ingresso no cenário da sociedade, exigindo seu reconhecimento, enquanto classe por parte do empresário e do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 77).

O assistente social irá trabalhar com a questão social através das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e manifestos sociais, vindo a ser o ponto principal de intervenção. Assim, se faz fundamental ter conhecimento das contradições da sociedade capitalista, da questão social e suas revelações, as quais geram um desafio cotidiano para os profissionais. Por tanto, é preciso ainda, compreender o processo de trabalho profissional, ao frente com as demandas da população.

A institucionalização e legitimação do serviço social inclui o mesmo na divisão sóciotécnica do trabalho, gerando uma desvinculação com as origens da igreja, no entanto, não ultrapassa conservadorismo, uma vez que o Estado produz e se associa a instituições, onde a assistência deixa de ser um serviço oferecido unicamente pelas instituições privadas (BARBOSA et al, 2016).

É importante ressaltar aqui um fato marcante do Serviço social, o movimento de reconceituação do mesmo, o qual provoca a ruptura do tradicionalismo e o nascimento de um perfil profissional crítico, visando um melhor desempenho da atuação do (a) Assistente Social diante da demanda da questão social.

Conseqüentemente, o Serviço Social na sociedade contemporânea requer um olhar visando o mundo pós-moderno, onde o desemprego segue crescendo sem freio e a luta para sobreviver continua, o que mostra uma difícil situação para quem necessita de oportunidade de trabalho para sobreviver. Desse modo, Yazbek (2000, p. 19) afirma:

Para uma análise do Serviço Social na atualidade, é necessário situá-lo no contexto de transformações societárias que caracterizam a sociedade brasileira dos últimos anos – em tempos de globalização. Tempos em que a economia e o ideário neoliberal intensificam as desigualdades sociais, com suas múltiplas faces. Tempos em que crescem as massas descartáveis, “sobrantes ” e à margem dos direitos e dos sistemas de proteção social (YAZBEK, 2000, p. 19).

É visto que o Serviço Social vem se transformando, porém na atualidade encontra vários desafios com relação ao seu novo modelo de atuação, o qual não vai de encontro com a atual situação em que se encontra a sociedade brasileira.

Percebe-se que através dessa conjuntura, as transformações e explorações que a sociedade vem sofrendo há anos, destacando-se principalmente a violação dos direitos. Por vez, as desigualdades sociais estão crescendo de forma assustadora, provocando o surgimento do agravamento das várias expressões da questão social (NASCIMENTO; MARIA ROMERA, [s.d]).

Diante disso, percebe-se que o serviço social saiu de um viés tradicional passando para um viés crítico, em que passa a enfrentar vários desafios, questionando e problematizando seu papel na sociedade, buscando e assumindo um papel mais crítico e ocupando novos espaços.

1.2 DESESTATIZAÇÃO, DESREGULAMENTAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Logo após a Segunda Guerra, deu-se início os anos dourados do capitalismo, porém, a partir dos anos de 1970, o qual se caracterizava pela era fordista/taylorista, o mesmo começou a dar sinais de crise mediante:

Queda da taxa de lucro; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista produção face à retração do mercado; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais, graças às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas; crise do Welfare State ou Estado de bem estar social; incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (SILVA; GOMES 2000, p. 03).

Segundo Faceira (1999) o neoliberalismo nasce após a crise do capitalismo, surgindo enquanto um pretexto do capital para tentar conseguir enfrentar a crise fiscal do Estado, expandindo sua base de legitimação, tornando-se em um conjunto de regras práticas de ação, onde a ideia de construção de um Estado forte está relacionada à criação de condições essenciais ao crescimento do mercado e da livre economia.

Entende-se que a crise econômica foi o marco para que o neoliberalismo surgisse enquanto fundamental para “salvar” o país da crise do capitalismo, porém, não foi levado em consideração as consequências deste para a sociedade.

Assim, o projeto neoliberal é implantado no Brasil durante a gestão de Fernando Collor, porém, só toma forma a partir da implementação do projeto de reforma do Estado, já na gestão de Fernando Henrique, tendo a coordenação do Bresser Pereira. O projeto de Reforma, fundamentado nas diretrizes do Consenso de Washington, colocando conquistas marcantes de direitos asseguradas na Constituição de 1988 (MONTANO, 1999).

Tido como uma solução diante da crise do capital, o neoliberalismo busca a reconstituição do mercado, tentando reduzir ou eliminar a atuação social do Estado em várias áreas e atividades. O que já se pode caracterizar como a passagem da “causa” da legitimação sistêmica das lógicas democráticas, principalmente no campo estatal, para as razões da sociedade civil e do mercado.

Dentre as principais ideias do receituário neoliberal, destacam-se a necessidade de privatização da esfera pública, desregulamentação financeira, abertura externa, flexibilização das relações e condições de trabalho, retração ou diminuição do Estado, reestruturação de políticas sociais (GASPAROTTO; GROSSI; VIEIRA, 2014, p.08)

Percebe-se que com a implantação do neoliberalismo, as condições de trabalho iram ser outras, o ser humano seria basicamente uma máquina de produção e não teria quase nada seu favor. Além disso, o Estado por sua vez teria uma participação pequena diante de alguns serviços.

A desregulamentação e a flexibilização das relações de trabalho e a reestruturação produtiva, ultrapassam a fase de desresponsabilidade da ação da reforma do Estado e passam para as sequelas da questão social. O mercado será a premência por excelência, de uniformização e legitimação social, e o igualitarismo oferecido pelo Estado intervencionista, pode ser, na visão neoliberal, combatido. Para tanto, a desigualdade e a concorrência são concebidas enquanto ponto de partida do estímulo e desenvolvimento social (MONTANO, 1999).

Pode-se compreender que após o neoliberalismo, com a reestruturação produtiva, houve-se o aumento da competitividade, as relações de trabalho se tornaram ponto de adoecimento psíquico.

De acordo com Laurell (1995), a crítica neoliberal voltada ao Estado de bem estar é focada em oposição à aspectos da política social que provoca a desmercantilização, solidariedade social e coletivismo. Percebe-se, então, que em consequência das novas primordialidades do capital e da atual situação em que se encontra as

lutas de classes, uma nova estratégia neoliberal do capital, de reforma do Estado, de reestruturação produtiva, de financeirização do reinvestimento do capital de “globalização” da produção e dos mercados, frente à atual crise de superprodução e superacumulação, envolvendo dentre vários aspectos, um novo olhar à questão social.

Responsável pela construção da nova modalidade de resposta à questão social, o projeto neoliberal visa por fim à condição de direito das políticas sociais e assistenciais, a qual possui caráter universalista, com a igualdade de acesso, base de solidariedade e dever social e diferencial, ou seja, todos podem colaborar com seu financiamento, levando em consideração a capacidade econômica de cada um.

Concebe-se, em substituição, uma categoria polimórfica de respostas às necessidades individuais, conforme o poder aquisitivo de cada um. As respostas não auxiliaram de modo eficaz, porém, uma atividade voluntária e/ou um serviço comercializável, bem como a qualidade dos serviços, respondendo ao poder de compra da. A universalização dar lugar à focalização e descentralização, já a solidariedade social passa a ser situada como pontual, e identificando à ajuda mútua (MONTANO, 1999).

O Neoliberalismo, possui suas diretrizes voltadas para participação mínima do Estado nos rumos da economia do país. Possuindo ainda intervenção mínima de governo, o mercado de trabalho, em que a política de privatização é valorizada, em companhia com a livre circulação de capitais internacionais e a abertura econômica para a introdução de multinacionais no país.

Tal modelo tem como fundamento “[...] uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável, além de uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia.” (ÁLVARES, 2012, p. 3).

Entende-se que o neoliberalismo está ligado de forma direta com as questões democráticas, onde impossibilita uma participação digna do estado sob as questões sociais e econômicas, além de provocar o aumento da desigualdade.

O Neoliberalismo reorganiza a estrutura das relações sociais de um país, de modo que consiste em favorecer apenas as grandes potencias econômicas. O Brasil por sua vez, um país em desenvolvimento, onde a implementação desse modelo desencadeou a abrangência das desigualdades sociais já existentes. Com isso, o capitalismo neoliberal retira a:

Primazia da responsabilidade estatal no trato das expressões da questão social, por meio do desmonte das políticas nacionais de garantias sociais básicas, operando cortes de programas sociais, redução dos benefícios da seguridade social, incentivo para que a sociedade civil assumira o ônus de prestar assistência aos pobres e miseráveis e a propagação de uma ideologia de normalização e naturalização do sistema econômico e político vigente, bem como da pobreza e da desigualdade social. (ÁLVARES. 2012 p.31).

Na América Latina, por meados de 1970, o desemprego em massa, a privatização dos setores públicos e a repressão sindical no Chile de Pinochet, ficou conhecido pela primeira vivência do neoliberalismo, com as privatizações. Em 1980, os episódios se repetiam em diversos países, todos em sequência, impulsionados pela hiperinflação que ocorria naquela época (PILONE, 2010).

A privatização surge através de um sistema econômico Neoliberal, que visa solucionar conflitos existentes entre o capital público e privado, propondo-se resolver a discordância da produção social e da demanda efetiva. Esse projeto, para a classe dominante, é responsável por danos que ocorrem com a classe trabalhadora (INVERTA, S/D).

Percebe-se que após a implantação do neoliberalismo houve várias mudanças significativas para sociedade, principalmente para a classe mais desvalorizada, onde tudo estava voltado para situação econômica. Porém, só trouxe malefícios para a classe trabalhadora, deixando perceptível que o bem estar da comunidade não era relevante.

Os serviços de baixo custo e que suprem as expectativas de quem os solicitam, atinge diretamente o capital privado, conseqüentemente é reduzido os índices de lucratividade. Devido ao impacto econômico (contexto neoliberal), o capital privado, para defender-se das implicações do capital público, busca solucionar o “problema”, tentando privatizar o sistema público (INVERTA, S/D).

No início da privatização, utilizavam-se do discurso de que os fundos obtidos eram insuficientes para remunerar a classe trabalhadora, e a implantação do projeto neoliberal, colocou-se contra a proteção social (BOSCHETTI, 2006).

Conforme Behring (2003), alguns marcos que ocorreram em território brasileiro, como por exemplo, o início da abertura comercial, acarretaram no fluxo de estrangeiros em massa e a movimentação dos seus capitais, taxa de juros altíssima, e conseqüentemente o desemprego e as dívidas públicas e privadas.

[...] a abertura violenta da economia, privatização concentrada de empresas estatais, retirada do Estado da economia, retração de suas funções sociais, desregulamentação, promoção do mercado como eixo central das relações econômicas, criminalização dos movimentos sociais, desqualificação dos funcionários públicos e precarização das relações de trabalho (SADER, 2009, p. 76).

No diz respeito ao novo acordo da questão social, a orientação das políticas sociais estatais é modificada de forma relevante. De um lado, essas são retiradas gradualmente da esfera do Estado, tornando-se privatizadas, sendo transferidas ao mercado e/ou fadadas na sociedade civil. Essas políticas sociais estatais são dirigidas de forma exclusiva aos setores condutores de carências pontuais, tendo necessidades básicas indesejadas (GASPAROTTO; GROSSI; VIEIRA, 2014).

Entende-se que com a privatização, o serviço público foi atingido e a classe trabalhadora mais uma vez sofre com as consequências do neoliberalismo, e as relações de trabalho se tornaram conflituosas e abusivas.

Assim, finalmente, elas são também descentralizadas com relação a administração; o que provoca apenas uma desconcentração financeira executiva, sustentando uma centralização normativa e política. Em igual sentido, a assistência estatal, o serviço social, as subvenções de produtos, os “complementos” salariais e serviços de uso popular, entre outros, se percebem firmemente reduzidos em qualidade, quantidade e variabilidade, significando que os “serviços estatais para pobres” são “pobres serviços estatais” (GASPAROTTO; GROSSI; VIEIRA, 2014).

Compreende-se que o neoliberalismo trouxe uma série de consequências para a sociedade, o que reflete até os dias atuais, por isso o terceiro setor se torna tão importante diante de tudo.

1.3 TERCEIRO SETOR E SUA CONFIGURAÇÃO

O Terceiro Setor diz respeito ao conjunto de associações e entidades sem fins lucrativos, visando chegar onde o Estado não conseguiu, desenvolvendo ações solidárias e manifestos sociais, por isso possui um papel de suma importância para a sociedade.

Segundo, o Terceiro Setor constitui-se com base nos fundamentos da filantropia, tendo em vista que a religião, difunde a ideia de amor e fraternidade para com a humanidade, desde a Grécia Antiga, até os dias atuais (FERNANDES, 2005)

No feudalismo, os camponeses, nobres, cleros e todos os integrantes dessa sociedade, contribuíam para a criação e compartilhamento de bens materiais, motivado pela ideia de amor ao próximo. É pertinente ressaltar que a Igreja Católica por determinado período era responsável por tal prática.

Segundo Brito (2014), o surgimento das máquinas de produção foram avanços tecnológicos da época da Revolução Industrial. A alteração econômica e social, fundou-se por conta da exploração da mão de obra, que ficaram visíveis após esse fato. Houveram mudanças no paradigma político dos povos europeus. Ressaltando que anteriormente os europeus possuíam o modelo feudal.

O capitalismo amplia a produtividade, e o homem passa a ser visto como um recurso de produção, deixando de ser “humano” e vem a ser “máquina”, ou seja, passou de um trabalho físico para um trabalho mecânico, o que por essa razão trouxe mudanças sociais e afetou diretamente a subjetividade do trabalhador, em que nem mesmo esse algumas vezes se vê enquanto sujeito.

Esse novo modo de produção trouxe algumas mudanças para a organização da vida em sociedade, assim, passou a reunir muitas pessoas em uma fábrica, em torno de uma única atividade econômica, com isso surge à necessidade de padronizar a qualidade dos produtos e dos procedimentos, bem como a adoção de disciplina no âmbito trabalho.

O Sistema Capitalista de Produção colaborou com a eclosão de duas categorias- classe capitalista e a classe trabalhadora. A classe trabalhadora fica em situação frágil e instável, quando o Estado dispõe de apoio total a classe capitalista. Após esse surgimento das classes, as relações sociais sofreram alterações irreparáveis. Compreende-se que, o Terceiro Setor propõe-se a reparação para esses grupos desfavorecidos, que conseqüentemente foram apartados da sociedade, visando também, abraçar os questionamentos e movimentos sociais. É válido ressaltar que a sua abordagem não está limitada a casos isolados.

Como ressalta Montaño (2002), existem alguns debates em relação ao que é considerado público e privado, do qual possuem incompatibilidade de ideias. A dinâmica e funcionalidade do mercado, apresenta-se como autônoma e privada, diferente do Estado, que mantém apenas alguns setores sociais e a política formal de forma autonomizada. Para ele, considera-se esses dois tipos de setores na visão liberal, e para os escritores, são três. Tais discussões possuem caráter reducionista, impossibilitando a identificação do que é privado ou público.

É importante perceber que o terceiro setor vem para deixar claro alguns aspectos que parte do social não possui acesso a tal informação, ele passa a olhar para uma parte esquecida na sociedade, que são as minorias.

As esferas sociais são compostas por recortes, conhecidos por Primeiro Setor (Estado), Segundo Setor (mercado) e o Terceiro Setor (sociedade civil).

Recorte este [...] claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político”, pertencesse à esfera estatal, o “econômico”, ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista. (MONTANO, 2002, p.53).

É válido ressaltar que Terceiro Setor e sociedade civil são distintos, e a sociedade civil deve ser compreendida desde a sua heterogeneidade. O objetivo da mesma é possibilitar o encontro de diferentes atores nesse contexto. O Terceiro Setor vai além da simbologia imposta pela sua representatividade, e é considerada por ser uma expressão neoliberal. Dentro dos grupos de heterogeneidade, estão as instituições e organizações de iniciativas privadas, que prestam serviços às pessoas e aos seus respectivos grupos em situações de vulnerabilidades. (SILVA, 2008).

O Terceiro Setor surge enquanto algo de suma importância na sociedade atual, justamente para fortalecer o direito do sujeito, para que ele possa viver de forma digna e justa. Levantando questões que possibilite maior valorização da classe baixa, bem como busca proporcionar uma melhor qualidade de vida para a mesma.

Para Fernandes (2005), o Terceiro Setor possui implicações de diversas camadas advindas do exterior, nos Estados Unidos, por exemplo, é uma organização sem fins lucrativos e/ou organizações voluntárias. A caridade, ou doação, como é chamado na lei inglesa tradicional- religiosidade medieval, é responsável pelos vínculos estabelecidos nessa área. No Brasil, no século XVIII, o termo usado “sociedade-civil” abrange e se dispõe de um papel fundamental no âmbito da filosofia política moderna, contribuindo para as relações do Estado, natureza e o pré-social.

Salientado por Silva (2008), o Estado desempenha a função na perspectiva neoliberal, de:

[...] corte de gastos, contenção de crédito, diminuição dos tributos sobre as empresas, retomada do equilíbrio orçamentário com a eliminação do déficit público, enfim, medidas que tenham a finalidade de proteger o próprio capital e, por conseguinte, o empresariado. (SILVA, 2008, p. 23)

As organizações sem fins lucrativos e todas os conceitos que a sustentam, são a base do que de fato é o Terceiro Setor. Dentro dessa organização, existem as associações, das quais podem ser assistenciais ou beneficentes, caracterizando-se por recreativas, esportivas, culturais, científicas e educacionais, sendo que os museus e bibliotecas também são consideradas como tal (PILONI, 2010).

É válido ressaltar, que apesar de não constarem nos registros como associações, as comunidades religiosas (Católicas) também desempenham papéis sociais, no mínimo um. As Conferências Vicentinas também dispõem desse caráter, assim como os centros espíritas, que possuem como base de doutrina, a caridade. (FERNANDES, 2005).

Compreende-se que as entidades sem fins lucrativos possui grande influência para com o desenvolvimento social, visto que as mesmas lutam pela busca de empoderamento social, potencializando a conscientização civil acerca dos direitos sociais e civis.

A ideologia política do neoliberalismo possui como finalidade reparar os prejuízos advindos da crise após a II Guerra Mundial. O Estado passa a ser “obrigatoriamente” instrumento de apoio, devido ao movimento histórico, que colocou a classe dominante em situação de contratempo, posicionando sempre com o intuito de buscar novas formas para intervir na sociedade. É importante ressaltar que o neoliberalismo entende como saudável a desigualdade social, por fortalecer a mão de obra barata, por questões econômicas.

O projeto neoliberal encontrou no “terceiro setor” uma forma de responder às carências deixadas pelo Estado no atendimento às políticas de básicas: de forma paliativa e pontual a população recebe um atendimento, mesmo que essa seja de baixa qualidade e não solucione os problemas em longo prazo. Um outro caráter desse atendimento é o critério cada vez menos universal e mais seletivo, descaracterizando o sentido do direito. (SILVA, 2008, p. 52)

Na Gestão Social do neoliberalismo, subtende-se que os cortes de gastos aplicados a áreas sociais, as privatizações, a centralizações de investimentos públicos nos programas seletivos contra a pobreza e a descentralização, são políticas focalistas e descontínuas da qual secundariza as políticas universalistas, que são consideradas privilegiadas (BERNARDINO, 2016).

O Estado por sua vez, pela construção que possui, tem o papel ativo na refuncionalização e na instrumentalização do Terceiro Setor. As ONGs apesar de serem disputadas em diversas camadas, dentro desse contexto, se mantém neutra. A partir desta posição, é firmando a legitimidade da qual possui. As ONGs por Organizações Sociais- OS e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIPs são delimitadas pelo governo federal, essa alteração, ocasiona contratempos nos atendimentos, assim como a expansão das demandas (BERNARDINO, 2016).

As ações governamentais, possuem áreas típicas de atuação, como por exemplo, a educação, saúde, tecnologia, ciência, assistência social, esporte, meio ambiente, trabalhos e comunicação. Nas ações do mercado, o campo individual é atraído pelo campo coletivo, das quais são realizadas, por muitas vezes, através das instituições religiosas e o Estado, essa iniciativa causa ruptura na segregação do privado e público.

Assim, percebe-se que essas ações são fundamentais para que haja uma socialização do privado com público, tendo em vista que as ações voluntárias possuem valores dos quais interferem na política e economia.

Fernandes (2005) ressalta que, com o cenário pós-guerra, do qual instigou o pensamento trinário e a memória cultural á diversas reflexões, possibilitando a prática da caridade, solidariedade e amor ao próximo, esse contexto proporcionou a transição das pessoas de um viés de interesses particulares, para interesses coletivos.

A participação das pessoas nesse cenário, estimulou a filantropia empresarial com o seu desenvolvimento, do qual tornou-se um indicador de qualidade ocasionando um sentido a composição empresarial. Tal ideologia é atravessada por diversas áreas sociais, o que impulsiona na política empresarial, a busca pela qualidade, advindo de um novo modo de pensar (SILVA, 2008).

O termo Terceiro Setor é uma ideia complementar ao Primeiro (Estado) e Segundo (setor privado) Setor, simbolizando a relação entre os setores privados e públicos, é válido ressaltar que as ações das ONGs, contam com voluntários. A força maior do Terceiro Setor, é a sua simbologia e os valores que são agregados, assim como o olhar voltado para o indivíduo dentro da coletividade. Conforme, a ênfase de Bernardino (2016), a totalização desses setores é complexa, e são consideradas políticas sociais.

Segundo Montaño (2002) O real fenômeno por trás do conceito de Terceiro Setor, volta-se para importância deste na inserção no debate político-ideológico, discutindo e compreendendo como ele realmente foi gestado: um apêndice das políticas neoliberais. O Terceiro Setor diz respeito ao fenômeno real, e também está inserido e é peça da reestruturação do capital, enquanto função social de resposta à questão social.

As políticas sociais são substituídas pelos direitos sociais, implicando na precarização. A precarização ocorre por meio da má conduta, envolvendo como principal fator, a famosa “troca de favores”, que assume de forma indireta responsabilidades públicas, visando apenas a os interesses do setor privado. Essa conduta implica na ausência de responsabilidade do Estado, que é automaticamente transferida para a sociedade civil (SILVA, 2008).

A ideia de despolitização do Terceiro Setor influencia a ausência de consciência de classe, passando de politizada à ação despolitizada. A sociedade civil age com ações pontuais, que não são transformadoras, por possuírem apenas resultados de curto prazo. O ato imediatista dificulta o processo histórico, ocasionando manifestos, dos quais promessas de melhorias surgem, e os membros e defensores desse setor, criam expectativas em relação a tal (MONTANO, 2002).

No entanto, o Terceiro Setor perde o seu “glamour”, passando a ser visto como uma forma da sociedade civil para preencher o espaço deixado pelo Estado. Até porque, para estes, o atendimento nas áreas sociais não é cargo do Estado, ou não é apenas dele.

Se faz importante observar que o Terceiro Setor possui uma função de grande valia para o social, um vez que, o mesmo ocupa um lugar importante diante da realidade social em que se encontra o Brasil, pois, através dele há a possibilidade de fortalecer ou/e combater alguns discursos que influenciam na questão político-econômica.

Montaño (2002) enfatiza o quão importante é o papel ideológico que o Terceiro Setor executa na implementação das políticas neoliberais e a sua harmonia com o processo de reestruturação do capital. Isto é, flexibilização das relações de trabalho, distanciando o Estado das incumbências sociais e da regulação social, envolvendo capital e trabalho. Porém, o Estado, continua enquanto meio de consolidação: “hegemônica do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva e

comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro” (MONTANO, 2002, p.17).

Aparentemente, o Terceiro Setor pode ser percebido enquanto espaço de participação da sociedade, mostrando a fragmentação das políticas sociais e, conseqüentemente, das lutas dos manifestos sociais.

Percebe-se que o Terceiro Setor causa mudanças importantes nas relações entre o Estado e a sociedade, executando um papel ideológico na prevenindo os interesses do capital. É nessa conjuntura que as respostas à questão social deixam de serem vistas no plano da implementação de políticas universais, enquanto direito, para só assim serem substituídas por práticas voluntárias e focalistas, ligadas à promoção da equidade de oportunidade (MONTANO, 1999).

Desse modo, pode-se afirmar que o Estado é responsável pelo funcionamento do Terceiro Setor por meio da transferência de fundos públicos através das parcerias firmadas envolvendo o Estado e a sociedade civil. Essa transferência é assegurada pelo Estado intermédio da legislação vigente do Terceiro Setor, do Voluntariado e das Organizações da comunidade civil de interesse público. Assim, o Estado transforma-se em um verdadeiro subsidiador e promotor de tais organizações e ações do Terceiro Setor e do seu serviço (MONTANO, 1999).

A vista disso, compreende-se que, o Terceiro Setor é parte de um processo que ainda precisa avançar bastante diante do cenário político atual, tendo em mente que ele provocar um envolvimento significativo do estado com a sociedade.

CAPÍTULO II – TERCEIRO SETOR: AS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEO

Nesse capítulo discute-se alguns pontos relevantes sobre o trabalho do assistente social tomando em questão o Projeto Ético Político do Serviço Social, a fim de entendermos toda sua construção e desenvolvimento nesse processo histórico da profissão.

Objetiva-se compreender nesse segundo tópico objetos de estudo do Serviço Social a partir da instrumentalidade, que muitos confundem afirmando que é o conjunto de instrumentos e técnicas, quando na verdade é a capacidade e propriedade que os profissionais constroem e reconstrói diariamente. Na discussão analisemos os dilemas e desafios da prática profissional vivenciadas na atualidade.

Finalizamos esse capítulo falando do exercício profissional na atualidade e os rebatimentos na consolidação dos serviços. Assim como, é a inserção do assistente social no Terceiro Setor, indagando de como são esses espaços, e em que momentos concretiza-se suas atribuições e competências. Para isso, é preciso entender quais as estratégias e alternativas que os profissionais desenvolvem para responder concreta ao trato da questão social.

2.1 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E OS REBATIMENTOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL

O Projeto Ético Político do Serviço Social, em seu desenvolvimento no Brasil iniciou no fim da década de 1970, marcado por série de fatores e questionamentos do Serviço Social conservador, em que a categoria criticava sua base tradicional. Mais precisamente, no final daquela década o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras.

Este projeto nasce do processo de enfretamento e denúncia do conservadorismo profissional iniciado na transição da década de 1970 à de 1980 com a “intenção de ruptura” [...] nomeado Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro (década de 1990, até os dias atuais). (Vasconcelos, 2015, p.297).

É válido acentuar que o processo histórico da construção do Projeto Profissional se deu a partir da Reconceituação da profissão, desde o Movimento de Intenção de Ruptura, portanto tivemos uma renovação do Serviço Social.

Netto (2005, p. 131) ressalta:

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

O Movimento de Reconceituação segundo Iamamoto (2010 p.205) “é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”, foi de extrema relevância para a categoria onde começamos a incorporar análises teóricas-metodológica em uma perspectiva de totalidade, historicidade e criticidade.

Podemos afirmar que o nascimento do Projeto Ético Político foi no Congresso da Virada realizado no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais- CFAS, conhecido hoje como CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) em 1979 em Anhembi, em São Paulo; consisti em um marco histórico da profissão, o rompimento com o conservadorismo, as bases tradicionais, ao capitalismo e a autocracia burguesa, nascendo assim a renovação do Serviço Social.

Conforme José Paulo Netto (2006): “Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional.”

O projeto avançou nos anos 1980, em 1986 temos a formulação de um novo Código de Ética da profissão, ele foi o responsável pela ascensão inicial dentro da perspectiva crítica, todavia a classe percebe que esse código haviam algumas limitações teóricas em virtude dessa compreensão enviesadas do marxismo. Porém a consolidação do projeto profissional foi efetivada nos anos 1990, com a maturidade profissional e acadêmica do Serviço Social através dos cursos de pós-graduação, tendo em vista que os projetos profissionais requerem valores éticos, o código de ética tem um valor central na materialização do projeto (NETTO, 1999).

No processo de redemocratização brasileira e a exclusão do conservadorismo da profissão, destacamos a revisão do Código de Ética de 1986 em 1993. Trazendo a compreensão que o mesmo precisava ser revisado, sendo necessariamente uma correção em alguns aspectos.

Netto (1999), declara que o projeto ético-político traz a liberdade como valor central, sendo que o mesmo está vinculado ao projeto societário de forma a defender o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos sujeitos sociais.

O que se entende é que o Código de Ética/1993 tem uma dimensão macro, um projeto societário com um objetivo para uma construção de uma nova sociabilidade, comprometido com um novo projeto de sociedade para além do capitalismo. Que promova liberdade, igualdade e condições. Com todo esse aparato atribuído a Serviço Social crítico, destacamos a gênese de um novo perfil profissional afim da emancipação do homem onde o mesmo esteja inserido em um espaço digno de democracia, sujeito transformador da realidade a qual estar inserido, onde seus posicionamentos sejam respeitados e assegurados por direitos.

Segundo Barroco (2009) sustenta que a formação desse novo Código foi idealizada diante:

Torná-lo um instrumento efetivo no processo de amadurecimento político da categoria bem como um aliado na mobilização e qualificação dos assistentes sociais diante dos enormes desafios e demandas da sociedade brasileira. Urgia transformá-lo num mecanismo concreto de defesa da qualidade dos serviços profissionais que desempenhamos. (BARROCO, 2009, p. 180)

Identificamos que a autora por meio de sua afirmação, fortalece a identidade profissional dando um norte para a categoria.

Entende-se que o projeto ético-político do Serviço Social é vinculado ao projeto de transformação da sociedade, os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, o mesmo é responsável pelas condutas atuais do assistente social, neste caso direcionando o fazer profissional favorecendo a classe trabalhadora objetivando assim a transformação da realidade.

Com sua consolidação o Código de Ética de 1993, representa a direção dos compromissos assumidos pelo Serviço Social, que norteiam o exercício profissional, destacamos o pluralismo que é a democracia entre ideias. O presente código traz em princípios éticos fundamentais:

- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores. (BRASIL, 1993).

Esses três princípios, em exibido, representam o caráter transformador que tem a profissão. Os demais norteiam todo restante do Código de Ética que é um instrumento normativo que dá condições para os profissionais desenvolver suas atribuições e competências, onde circundam os direitos humanos e a nossa constituição cidadã publicada em 1988. Que nosso trabalho se volta nos direitos da classe trabalhadora, é dessa forma que ele vai orientar as respostas profissionais. O nosso Código de Ética traz a luta por uma nova ordem social, mais justa e igualitária para todos. Torna-se pertinente que nos profissionais compreendemos o pleno projeto ético-político e que precisamos garantir a qualidade do serviço que prestamos a população.

Indicando o dever ser profissional, o Código estabelece normas, deveres, direitos e proibições, representando para a sociedade, de um lado, um mecanismo de defesa da qualidade dos serviços prestados à população; de outro, uma forma de legitimação social da categoria profissional. (PAIVA, 2010, p.171).

Quando falamos de Projeto Ético- Político ou Projeto Profissional estamos nos referenciando a um projeto societário de influência Marxista, que utiliza uma interpretação que se aplica à crítica e análise no papel da luta de classe. É necessário fazermos uma reflexão acerca dos rebatimentos do trabalho do assistente social nos espaços sócioocupacionais que é de conflito/tensão devido às contradições postas no cotidiano, lembrando que o assistente social é trabalhador assalariado e o mesmo tem “limites” na sua atuação profissional.

Para lamamoto (2012, p.219):

É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. Ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento de ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos.

Na atualidade, devido às transformações societárias, o contexto se apresenta cada vez mais contrário, e surge alguns entraves para consolidarmos o projeto ético político e as ameaças que são expressas pela globalização mundial, se tratando de vários aspectos econômicos, políticos e culturais que repercutem de forma negativa causando assim influência no ofício do assistente social. Com base em Netto (1996) podemos destacar o pensamento do autor quando afirma que disparidade entre ricos e pobres, o avanço do racismo e xenofobia, a destruição do meio ambiente, a ambição do capitalismo, a desigualdade de gênero, a ascensão contra as classes minoritárias, o enfraquecimento dos movimentos sindicais e sociais, entre outros.

O Serviço Social se inscreve num contexto institucional permeado de conflitos, de lutas, de jogos de poder e recursos, o que sempre tenho enfatizado, e participa da articulação de estratégias que variam de acordo com a perspectiva teórica e ideológica de seus atores, assim como das relações de poder das instituições (FALEIROS, 2007, p.77).

Sendo assim, os profissionais do Serviço Social se posicionam diante de imposições institucionais que fixam uma política de contribuição da dominação, que para autor são táticas de persuasão com objetivos clientelistas, paternalistas e autoritários, fazendo um retrocesso a todas as práticas conservadoras da profissão. Diante toda essa conjuntura que confundem o Projeto Ético Político, nos deparamos a esses desdobramentos não animadores que nos coloca numa correlação de forças antagônicas causando assim nefastas consequências sobre o usuário e quanto aos assistentes sociais.

Logo, não há uma identidade imediata entre a intencionalidade do projeto profissional e os resultados derivados de sua efetivação. Para decifrar esse processo, é necessário entender as mediações sociais que travessam o campo de trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2012, P.231).

O que dá concretização ao projeto é o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão- Lei nº 8.662/93 – e as Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social- ABEPSS/1993.

Conclui-se, que conhecer o Projeto Ético Político é dever de cada profissional, tendo em vista que o projeto é homogêneo, ou seja, aceito dentro da profissão, portanto deve nortear atendimentos, nos planejamentos, na assessoria, em projetos e

em demais intervenções, defendendo a prioridade das demandas dos trabalhadores e usuários.

2.2 A INSTRUMENTALIDADE EM QUESTÃO: UM FATOR ESSENCIAL NA CONSTRUÇÃO PROFISSIONAL

O conhecimento é sem dúvidas o principal instrumento de trabalho em qualquer área, pois permite que o profissional tenha uma real dimensão das diversas possibilidades de intervenção.

O Serviço Social e a instrumentalidade tem uma relação cotidiana, mas que devemos lembrar que a presença da mesma nos espaços sócio ocupacionais, não são restritas as atividades rotineiras e burocráticas das instituições que permitem ao profissional concretizar objetivos.

Entendendo melhor o significado da palavra instrumentalidade, esse sufixo “idade” significa capacidade, qualidade ou propriedade que se tem acerca de algo, vejamos que está intimamente ligado no exercício profissional.

A instrumentalidade, segundo Guerra (2000), não se refere apenas ao conjunto de instrumentos e técnicas, ao contrário, tem a ver com uma propriedade da profissão, construída e reconstruída no processo histórico do Serviço Social. A instrumentalidade, “[...] por possibilitar o atendimento das demandas e o alcance de objetivos (profissionais e sociais) constitui-se uma possibilidade concreta de reconhecimento social da profissão” (GUERRA, 2000a, p. 53).

É por meio da instrumentalidade que nos assistentes sociais modificamos, transformamos e intervirmos nas mais diversas realidades sociais, e os instrumentais é aquilo que usamos em nossas ações profissionais, melhor dizendo: a operacionalização.

Vejamos os principais instrumentos que proporcionam o objetivo das ações profissionais, dispomos de *instrumentos diretos* e *instrumentos indiretos*. Os instrumentos diretos são os que permitem uma interação face a face por tendo como exemplo: a entrevista permite realizar uma *escuta qualificada*, com objetivo de conhecer e intervir em sua realidade através do processo de diálogo; a visita domiciliar consiste em conhecer a realidade social do indivíduo, analisar seu contexto familiar e suas vulnerabilidades e potencialidades; o acolhimento é um processo de intervenção profissional, e tem por objetivo identificar problemas no âmbito individual ou

coletivo; o atendimento social envolve um conjunto de ações direcionadas ao atendimento de famílias e indivíduos, geralmente é viabilizado pelas equipes que atuam nos diversos equipamentos de assistência social como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros Especializados de Referência da Assistência Social (CREAS). (MEDEIROS, 2017).

Se tratando de instrumentos indiretos, o autor refiro assim patenteia que: o estudo social tem por finalidade conhecer com profundidade e de forma crítica, determinada situação ou expressão da questão social, objeto de intervenção profissional nos aspectos socioeconômicos, instrumento específico do assistente social; o parecer é a avaliação conclusiva, teórica e técnica realizada pelo assistente social, dos dados coletados após a finalização do estudo social; os relatórios são instrumentos de sistematização da prática do assistente social, que contém o relato dos dados coletados, das intervenções realizadas e das informações adquiridas.

A perícia social é uma técnica que exige planejamento, que consiste no levantamento de documentos e coleta dados já existentes acerca de uma determinada demanda social, e que tem início pelo estudo social, vale ressaltar que no campo jurídico, a perícia social constitui-se em um meio de prova, por se tratar de uma declaração técnica (MEDEIROS, 2017).

Ela possibilita o atendimento das nossas demandas e o alcance de nossos objetivos todavia imprimi a intencionalidade da nossa profissão ao longo da trajetória, sobretudo no que se diz respeito ao fazer profissional na sociedade. Sendo assim, Yolanda Guerra (2007).

[...] a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas [...]

É por meio dessa eficiência e eficácia obtida na prática profissional, que os assistentes sociais transformam e modificam as relações interpessoais e sociais no cotidiano.

No interior das relações sociais percebermos um enfrentamento entre as condições subjetivas e objetivas do exercício profissional. As condições objetivas são relativas à produção material da sociedade. Vejamos: a divisão do trabalho, os obje-

tos e os campos de atuação, os espaços sócio ocupacionais e as relações e condições materiais de trabalho. No mesmo momento em que condições subjetivas são as relativas aos sujeitos, as suas opções, às suas preferências, e competência no seu preparo técnico e teóricos, metodológicos, éticos políticos utilizados, Yolanda Guerra (2000).

Assim a instrumentalidade está ligada a compreensão do nosso fazer profissional a partir daí fica muito fácil entender que os instrumentais diz respeito às nossas ações, ou seja, a parte operacional da prática do assistente social ou da práxis profissional, o que fazemos e como fazemos.

Iamamoto (2008) faz uma alusão que o exercício profissional é uma conduta e ação de um sujeito profissional que tem a aptidão de propor, para negociar com a instituição os seus projetos, buscando apreender o movimento da realidade para reparar tendências e possibilidades nela presentes, passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. Assim, compreendemos que a autora nos chama atenção do caráter transformador da nossa profissão através da nossa instrumentalidade, é por meio desta capacidade que o profissional têm de negociar possíveis projetos e de articular com seus usuários a socialização dos seus direitos e garantias destes enquanto fundamentais que a instrumentalidade se pauta.

Precisamos lembrar qual o nosso principal objeto de trabalho: a questão social. Entendendo a questão social como um conjunto das expressões das desigualdades de uma sociedade com o capitalismo avançado, de reprodução do trabalho coletivo e apropriação privada, com práticas neoliberais pressionando cada vez mais as políticas sociais, nós percebemos que o assistente social se vê no meio dessa contradição como nos relembra a autora: “É nessa tensão entre produção da produção de desigualdade e produção de rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais” (IAMAMOTO 2008).

Tá vendo aquele edifício, moço? Ajudei a levantar, Foi um tempo de aflição,
Eram quatro condução, Duas pra ir, duas pra voltar. Hoje depois dele pronto,
Olho pra cima e fico tonto, Mas me vem um cidadão, E me diz, desconfiado,
Tu tá aí admirado, Ou tá querendo roubar? (ZÉ RAMALHO, 1992)

Acima referimos a um trecho da música “Cidadão” de Zé Ramalho proposital para demonstramos o distanciamento entre as classes sociais, ou melhor dizendo: estado x indivíduo. É uma música forte que aborda o preconceito e a discriminação

que o sujeito sofre no cotidiano, nesta disparidade entre capital x trabalhador, fazendo referência a alguns problemas sociais, tais como: moradia, educação, bem estar e trabalho.

Vejamos que nossa profissão é repleta de desafios constantes a qual devemos driblar todas as adversidades ao nosso redor, ser esse sujeito de capacidade propositivo(a) e criativo(a) no que diz respeito a empoderamento e emancipação na vida social dos usuários atendidos.

Afirmamos então a capacidade transformadora da instrumentalidade que o serviço social têm. É nessa leitura dinâmica da realidade social que nós estamos inseridos e é a partir da mesma que podemos fazer novas propostas, fazer uma leitura coesa dos projetos que estão vigentes, vê se dão conta do cotidiano social, se os usuários têm conhecimento de seus direitos, tendo essa visão macro e possibilitando o impulsionamento para o além do aparente.

Nesse sentido,

Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa (Guerra, 1997), e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais. No primeiro caso a instrumentalidade articula as dimensões da profissão e é a síntese das mesmas (GUERRA, 2000, p. 12).

Neste cenário atual, podemos afirmar que a instrumentalidade da profissão pode ser compreendida como um conjunto de condições que os assistentes sociais criam e recriam no exercício profissional, e se diversifica em função de algumas variáveis. É de suma importância frisarmos que esse “criar e recriar” só é considerável através da articulação das três dimensões da profissão: o teórico metodológico (Explicar a realidade num pensamento dialético); o ético político (Orienta o que podemos transformar essa realidade) e o técnico operativo (Sua conduta como profissional, como é feito o trabalho) (SANTOS, 2013).

A consolidação da articulação entre as dimensões se expressa na potencialidade das respostas profissionais eficientes, de forma que o trabalho dos assistentes sociais estejam comprometidos com a materialização do Projeto Ético Político da profissão.

Uma representação possível está presente no pensamento de Guerra, destaca-se:

No segundo, ela possibilita a passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos. Em outros termos, ela permite que os sujeitos, face a sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais.

Com isso, a instrumentalidade é uma determinada capacidade ou propriedade que a profissional vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos e transformações na vida dos seus usuários, “[...] ela permite que os sujeitos, face a sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais.” (GUERRA, 2000a, p. 13).

A instrumentalidade deve estar organizada, operando a favor dos usufruidores, é através desse segmento que se altera a partir do contexto histórico é que nós vamos perceber a visibilidade que a profissão têm. Então completa essa instrumentalidade teórica, política e tecnicamente nós teremos a visibilidade que o Serviço Social tanto quer dentro das instituições e junto a seus usuários. Que esse reconhecimento não basta ser só institucional, a sociedade, o coletivo, os usuários também precisam reconhecer nesse profissional a capacidade de dialogar com ele e intervir utilizando de todas as estratégias que a instrumentalidade disponibiliza.

Como diz o ditado popular: “Nem tudo nessa vida é um mar de rosas” as ações que os assistentes sociais exercem no seu fazer profissional especificamente falando da instrumentalidade apontamos um aspecto negativo que repercute de forma ruim nas metodologias do serviço social no dia-dia. De acordo com Guerra (1995, apud Meneses e Moura, 2018, p. 8 e 9), ao atribuir metodologias de ação e ao instrumental técnico, tornando-os independentes do projeto profissional, o Assistente Social acaba transformando o que é acessório em algo especial.

A práxis torna-se repetitiva devido ao exarcebamento da técnica e ausência de teoria, práticas totalmente empiristas e sem criticidade.

Desse modo, o assistente social é enternecido pelo processo de alienação, que resulta um prejuízo a classe profissional fazendo com que as funcionalidades da instrumentalidade transformam-se em mero serviços automáticos, tecnicistas e imediatos, tratando as demandas com fragmentações e segmentadas, não se configu-

ram como o modo ser do Serviço Social, pois são determinações exógenas à sua constituição.

Para Meneses e Moura (2018, p.9):

Todavia, do cotidiano também emergem mediações que possibilitam a sua suspensão temporária e a elevação do singular ao humano genérico. O rompimento de práticas meramente instrumentais e sem criticidade na instrumentalidade do Serviço Social se dá por meio da integração de elementos teóricos, políticos e éticos no fazer profissional.

Ademais, ao falarmos da prática profissional da instrumentalidade, muitos profissionais ficam à mercê das tendências empobrecedoras da profissão, causando esse impacto ofensivo ao técnico operativo, onde muitas das vezes somos tachados de mero executores das políticas públicas, sendo desqualificado em suas competências perdendo legitimidade no mundo do trabalho. Vale salientar que processo ensino/aprendizagem não podem ficar esquecidos, a formação dos futuros profissionais, os ensinamentos a distância, os parâmetros de atuação tudo deve ser questionados, visando uma qualidade nesse profissional que é tão significativa justamente nesse contexto político, econômico e social que estamos vivendo. Lembremos bem, quanto mais qualificado o assistente social for, a instrumentalidade melhor será.

Com estas reflexões demonstra-se a importância da instrumentalidade para o serviço social, o quanto é necessário a articulação com as dimensões para assim o alcance de objetivos tanto sociais como profissionais, sendo assim uma condição concreta de reconhecimento social da profissão. Entendemos o quanto é necessário a capacidade propositiva e criativa para responder as demandas que requerem uma intervenção crítica e emancipatória, fazendo jus a consolidação da cidadania e as relações sociais.

2.3 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO TERCEIRO SETOR

Defendê-los e lutar por igualdade, dignidade e respeito é adjetivos plausíveis deve-se ter um assistente social. É um profissional que deve estar na busca de contribuir para a transformação de um direito legal em um direito real, é o sujeito que vai à luta. Resistência deve ser seu mote, afinal a profissão, vive superando grandes desafios. Exige trabalho, muita força e esperança em dias melhores.

Utopia ou realidade?

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários (IAMAMOTO,2000).

Vejam que a autora afirma no posicionamento acima, quando fala que o “é um momento pleno de desafios”, “é preciso ter esperanças para lutar” são alguns dos dilemas que nós passamos diariamente com a profissão.

Os assistentes sociais estão inseridos em diversos espaços sócio ocupacionais, o terceiro setor é um deles. O terceiro setor é um fenômeno que envolve um número significativo de organizações e instituições, tais como organizações não-governamentais, organizações “sem fins lucrativos”, instituições filantrópicas, associações, empresas ditas “cidadãs”, entre outras, e ainda, sujeitos individuais, sejam eles voluntários ou não.

Entendemos que o Terceiro Setor é cercado de interesses ideológicos, por tamanha descrição acima. Assim é importante acreditar que o mesmo constitui uma nova alternativa para as consequências do capitalismo na vida social e do afastamento do Estado de suas responsabilidades públicas.

Posto a compreensão dos desafios contemporâneos para o assistente social e seus novos espaços de atuação que destacamos o terceiro setor, que surge a meio de impactos trazidos pelo processo de “contrarreforma” do Estado brasileiro, a partir da transferência dos serviços sociais para a sociedade civil.

Primeiramente, é fato a escassez de pesquisas quanto às condições de trabalho do assistente social e, maior ainda, quando essas se dão no “terceiro setor”. Vejamos que a temática é muito nova e por isso a muito o que compreender. (SILVA 2008)

Para Montaño (2002):

[...] o mercado de trabalho aberto no “terceiro setor” não parece compensar, sob nenhum aspecto, a retração do mercado na órbita estatal para o Serviço Social. Não parece compensar em relação à quantidade dos postos de trabalho para os assistentes sociais criados na sociedade civil. Não compensa no tipo de vínculo empregatício: instável, flexível, sujeito à financiamento externo de projetos pontuais. (MONTAÑO, 2002, p. 253).

Divergimos do autor, e ao mesmo tempo nos deparamos num cenário que compreendemos que ao nos submetemos a essas condições empregatícias é que talvez estaremos enfraquecendo a classe com essa situação que ele bem situa de instabilidade e flexibilidade.

São inúmeras controvérsias acerca do assistente social frente a esses locais de trabalho, por um lado tenhamos esses aspectos negativos que analisando em uma óptica futurista não é compensatório, por outro fortalecemos o discurso fatalista em não se permitir a novos projetos e desafios.

Não é de hoje que estamos vivendo um holocausto em nosso país por se tratar da má administração pública na esfera federal. Após o golpe de Estado a qual veio o impeachment da ex. presidente Dilma Russel (2016), tivemos como recolocação o então Michel Temer (Vice-Presidente) que finaliza o restante do mandato até dezembro de 2018, com muitas manobras e tramoias ele começa a plantar essa semente venenosa e iniciamos um caos no país ao tratar de redefinição nos financiamentos atingindo as políticas públicas sociais.

Veja:

São Paulo – O governo de Michel **Temer** reduziu em 61%, em relação ao ano passado, a verba para atendimento à mulher em situação de violência. Com o corte, o valor destinado à assistência passou de R\$ 42,9 milhões para R\$ 16,7 milhões. (REDE BRASIL ATUAL 2017).

A conjuntura atual do nosso país tem mostrado um retrocesso ao conservadorismo se tratando ao atual governo do Brasil, o presidente vigente Jair Bolsonaro (2019), a cada dia que passa descompostura o futuro do país, o que se mais observa é cortes e congelamento de gastos com diversas políticas públicas que afetam direcionalmente o nosso fazer profissional. Com condições precárias de acesso aos serviços os usuários é quem pagam a conta. É extremamente preocupante o que está acontecendo, porque é um desmonte.

O governo quer desvincular o valor do **BPC/Loas (Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social)** do valor do salário mínimo nacional, que hoje é de R\$ 998, e seus futuros reajustes. O BPC/Loas é uma renda que possui o valor de um salário-mínimo destinada a idosos e deficientes que não possuem fontes de renda e não conseguem ser mantido por suas famílias.

Ao propor que o BPC/Loas não esteja atrelado ao valor do salário-mínimo, na prática, o governo passa a pagar menos de um salário nas novas concessões. Ao mesmo tempo, quem recebe o piso atualmente também passaria a receber menos (BRASIL DE FATO, 2019).

As medidas em que essas arbitrariedades são postas a população submete a usufruir cada vez menos seus direitos. Guimarães ressalta: “Previdência: Bolsonaro planeja cortes na renda de idosos e pessoas com deficiência”.

A realidade social traz muitos desafios para trabalharmos, mas também pelo próprio movimento dialético coloca possibilidades que precisamos desenvolver em frentes de trabalho. Assim entendemos que a concretização das nossas práticas intervencionistas aos nossos usuários são repletas de barreiras que afetam as respostas que devem ser dadas para a expressão da questão social.

As novas formas de responder a essas questões são postas através de demandas advindas da ausência do Estado, justificando assim a presença importantíssima do assistente social frente a esses lugares, pois o mesmo pauta-se de atribuições e competências particulares para atender esses usuários. O trabalho do assistente social “passa a ter, portanto, sentidos e resultados sociais bem distintos, o que altera o significado social do trabalho técnico-profissional, bem como ainda seu nível de abrangência” (ALENCAR, 2009, p.458).

Outro aspecto que devemos frisar é que estamos inseridos em um contexto de hegemonia neoliberal e não podemos parar, onde essas instituições é quem atende esse público necessitados supostamente justificando essa ausência do Estado. Com isso o “terceiro setor” responde a questão social por meio de (re)filantropia práticas “caritativas” aos serviços sociais de diversos segmentos

Alencar colabora perfeitamente quando em sua fala diz:

Nesse ponto, aponta-se a transferência dos serviços sociais para a sociedade civil, sob o discurso ideológico da “autonomia”, “solidariedade”, “parceria” e “democracia”, enquanto elemento que aglutinam sujeitos diferenciados. No entanto, vem se operando a despolitização das demandas sociais, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado e responsabiliza os sujeitos sociais pelas respostas às suas necessidades. [...] Nesse contexto, observa-se um profundo deslocamento quanto aos direitos sociais agora transmutados em “direito moral”, sob os princípios abstratos da “ajuda mútua” e “solidariedade” (ALENCAR, 2009, p.455-456).

Embora, o Estado merece condecoração, porque é um dos grandes responsáveis mantenedores dessas instituições, será mesmo que ele está visando a autonomia e democracia desses usuários? Será que nós não estamos contribuindo de forma alienadora o projeto neoliberal vigente? São muitas perguntas e poucas respostas. Afirmamos que os serviços prestados por essas instituições irão demandar a

atuação de assistentes sociais, se configurando esse espaço como um dos campos de atuação profissional.

Conforme apontado por Ronconi e Wieczinsky (2010, p. 6):

É neste viés que o Assistente Social deve inserir-se. O terceiro setor para o Assistente Social é um espaço profissional que deve ser ocupado com criatividade e competência técnica, teórica e política. Estes são os pressupostos que devem reger a ação profissional nestas instituições. Devem não apenas ser um executor de programas ou projetos, mas um planejador e proponente de políticas públicas que possam vir ao encontro dos interesses da maioria da população.

Assim, para os autores o ofício dos assistentes sociais através do terceiro setor é objetivar ações que visem o a democracia, a liberdade e a participação da sociedade atendida. Que possa enfatizar que é dever do Estado o desenvolvimento das políticas públicas, que a população desperte o interesse em denunciar as irregularidades dos serviços, exercendo assim a seu papel como cidadão.

Concordamos com os autores acima que é satisfatório evidenciar vários os motivos para se trabalhar no Terceiro Setor, a identidade com a causa que a instituição visa contribuir, a vontade de transformar a realidade e até mesmo a curiosidade que para alguns são esses motivos que o assistente social adentra para esse universo “novo” e cheio de desafios que lhe permitirá materializar o fazer profissional.

O assistente social possui a atribuição por meio de qualificação e competências, com objetivo de dar respostas e estratégias para que haja possibilidades de enfrentamento no que diz respeito ao avanço do projeto neoliberal. Que para a categoria esse não é lema, apesar do serviço social está no meio dessas contradições nos vimos em vários momentos em situações desconfortáveis em nossa conduta e prática profissional.

No tocante, as atividades exercidas pelo profissional dentro desses espaços destacamos o acolhimento que o usuário possa expor seus problemas, sendo assim o assistente social realizada a escuta, o encaminhamento desse indivíduo para outras instituições e a serviços de natureza afins, o trabalho em grupo, onde permite que o profissional desenvolva trabalhos socioeducativos e dinâmicas de grupo que é um instrumento direto que o profissional pode está realizando com usuários afim de promover uma reflexão acerca dos temas trabalhados. Vejamos um conjunto de instrumentos que podem ser trabalhados com usuários dentro desse universo, lutando

pela igualdade social, proporcionando qualidade de vida e emancipando seu público atendido.

Segundo Guerra (2007),

[...] enriquecimento da instrumentalidade do exercício profissional resulta num profissional que, sempre juízo da sua instrumentalidade no atendimento das demandas possa antecipá-las, que habilite do no manejo do instrumental técnico saiba colocá-lo no seu devido lugar (qual seja, no interior do projeto profissional) e, ainda, quer e conhecendo a dimensão política da profissão, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital.

Não podemos cair na ideia do comodismo, vejamos bem o que Yolanda Guerra nos afirma que o enriquecimento da instrumentalidade da profissão, nos permite um profissional melhor conseguindo ter êxito das demandas atendidas, estamos em constantes metamorfose sociais, que cabe a nós profissionais sempre a atualização e a busca exaustiva de conhecimentos no que se diz respeito a matéria do serviço social.

O lema de muitas ONG's é do protagonismo e do empoderamento do sujeito, mas é importante frisar que muitos desses espaços existem barreiras que acarretam a não materialização do nosso projeto ético político e nos assistente sociais somos interrompidos em nossas condutas profissionais. Vale ressaltar que em boa parte desses espaços existem uma hierarquia e devemos render-se.

Em diversos momentos não podemos usar da nossa autonomia profissional, visto que como somos conhecidos como os futuristas “salvadores da pátria” temos princípios ilusos e perdemos muito com essa forma retrograda de trabalho como ditam muitas instituições.

Para que chegarmos nessa autonomia mencionamos lamamoto (2008, p.220):

A efetivação dessa autonomia a é dependente da correlação de forças econômicas, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal (poder Executivo e Ministério Público, Judiciário e Legislativo); as empresas capitalistas; as organizações político sindicais; as organizações privadas não lucrativas e a instâncias públicas de controle democrático (Conselhos de Políticas de Direito, conferências, fóruns e ouvidorias), que sofrem profundas metamorfoses sociais em tempo de capital fetiche.

Existem contrapontos que exprimem desarmoniosamente o terceiro setor, enquanto estratégia de engabelar a sociedade civil, em que cabem ao estado suprir e executar direitos sociais.

Montaño ressalva:

[...] essas inflexões contra -reformistas neoliberais patrocinadas pelo estado também agridem e desorganizam profissões que são estruturantes para a atuação do Estado como estado de direito e responsável pela garantia dos direitos de todos, por igual. No caso, um golpe perverso vem sendo desferido, conforme o estudo de Montaño, sobre a profissão de Serviço Social (p. 243-256), mas que também se estende a outras profissões de caráter social.

Assim, percebemos que o Estado busca por meio de “parcerias” articular-se com as intuições que compõem o terceiro setor como forma de manter sua legitimidade, apresentando-se neutro diante essas situações de que vivenciamos no cotidiano instaurado o neoliberalismo “Estado que deve ser “mínimo para o social” e “máximo para o capital” (NETTO, 1995 *apud* ANDRADE, 2015, p. 62)” impactando diretamente ao exercício de diversas categorias profissional. Para ANDRADE, nesse processo, o assistente social vivencia a ampliação dessas demandas pelos serviços prestados pelas ONGs, bem como as dificuldades de atendimentos nestas, num contexto de complexificação e de contradição na relação capital-trabalho.

Após esses apontamentos, pode se chegar à conclusão de que por mais alinhado ao projeto ético político que o/a assistente social esteja, há a necessidade de enxergar suas verdadeiras possibilidades, pois a sua efetivação não se dá de forma imediata, tem todo um desenrolar que as vezes impossibilita seu propósito, principalmente na atual conjuntura que estamos inseridos.

Tendo em vista que, embora no cotidiano de trabalho se apresentem aspectos que, por vezes, inviabilizam a ação profissional, é a criatividade, o compromisso profissional com o projeto ético político que se expressa em três dimensões: os instrumentos normativos da profissão – Código de Ética Profissional, Lei de Regulação, Diretrizes Curriculares, bem como nas várias legislações vigentes relativas ao Serviço Social.

É por meio da capacidade e reconhecimento crítico da realidade que proporcionará – a partir da autonomia que o profissional dispõe para desenvolver e aprofundar o conhecimento na área de intervenção – ações reflexivas que visem ações de mudanças na realidade, em que o trabalho profissional sai da esfera do pragma-

tismo e do retrocesso conservador que ameaça a categoria cotidiano, para alcançar o nível de práxis, sendo essas ações propositivas e indicadoras da transformação social.

CAPÍTULO III – OBSERVAÇÃO E EXPLANAÇÃO DOS FATOS: DESVELANDO O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO COTIDIANO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM JUAZEIRO DO NORTE-CE

*“Superar é preciso.
Seguir em frente é essencial.
Olhar para trás é perda de tempo
Passado se fosse bom era presente”.*
(Clarice Lispector)

Nesse capítulo foram retratadas a metodologia e as peculiaridades relevantes a esta pesquisa, bem como o objeto de estudo e essencialmente os resultados esperados com a efetivação das entrevistas. Percorre por várias etapas da metodologia, podendo assim ter investigado, compreendido e interpretados todos os momentos para a construção de novas possibilidades de atuação profissional.

O Serviço Social assim como outras profissões possuem desafios para a materialização do Projeto Ético Político e dificuldade no seu fazer profissional e a partir disso foi possível detectar um olhar novo, uma percepção nova para o cotidiano da profissão.

Assim, ainda neste capítulo foi realizada uma análise qualitativa, baseada nos dados obtidos na pesquisa de campo, a qual teve como foco expor a atuação do Assistente Social em sua prática no Terceiro Setor como sendo um novo campo de atual desse profissional.

3.1 ITINERÁRIO METODOLÓGICO: PERCORRENDO AS FASES DA PESQUISA

O objetivo deste estudo é o resultado de uma construção a partir de todo processo de pesquisa, com a finalidade de produzir uma reflexão crítica sobre as novas possibilidades de atuação do assistente social junto as ONG's em Juazeiro do Norte-CE.

A metodologia utilizada de maneira a se progredir uma pesquisa, é capaz de proporcionar ao pesquisador a compreensão e análise do que se pretenda fazer na construção do conhecimento. O conhecimento só acontece quando é permitido traçar todos os caminhos, e tendo como objetivo desse processo a busca incessante pelo diferentes métodos.

A metodologia das pesquisas científicas “pode ser classificada e definida conforme sua abordagem, finalidade e procedimentos técnicos empregados” (GIL, 2010). O método, segundo Garcia (1998, p.44) representa um procedimento racional e ordenado, constituído por instrumentos básicos, que implica utilizar a reflexão e a experimentação, para proceder ao longo do caminho e alcançar os objetivos preestabelecidos no planejamento da pesquisa.

O que pode contribuir fervorosamente para obter resultados eficazes junto a pesquisa que agora se aborda, fato é que pôde-se utilizar de relatos e falas, bem como de participação coletiva para dar andamento a um processo de estudo que levaria a uma pesquisa científica.

O conhecimento científico obtido no processo metodológico tem como finalidade, na maioria das vezes, explicar e discutir interrogações baseado na verificação de uma ou mais hipóteses. Sendo assim, está diretamente vinculado a questões específicas, na qual trata de explicá-las e relacioná-las com outros fatos.

A metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas essencialmente seu próprio processo, pois suas condições não são de submissão estrita a mecanismos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados (BRUYNE, 1991 p. 29).

Segundo Demo (2009, p. 55) “a metodologia é exatamente o estudo dos caminhos e dos instrumentos utilizados para se fazer ciência, uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa”. Assim, de início foi escolhida a pesquisa bibliográfica, onde foi possível reunir informações e dados a partir dos autores escolhidos, permitindo assim um melhor entendimento do estudo. Para uma melhor precisão de novas compreensões foi necessário uma pesquisa de campo, que foram aplicados questionários semiestruturados para os profissionais entrevistados a fim de concretizar nosso objeto de estudo.

Diante da busca de uma maior apreensão da realidade, foi utilizado o método de pesquisa qualitativa que de acordo com Minayo (2012):

Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2012, p.21).

A abordagem qualitativa foi imprescindível para a qualidade e melhor resultado por ser um dos mecanismos de melhores reflexões para os pesquisadores sobre suas ações e observações no campo, suas indagações e impressões tornam-se fundamentais para a interpretação e a relação entre o indivíduo e com a realidade posta.

O método qualitativo é o que se aplica ao da história, das relações, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmo, sente e pensam (MINAYO, 2007, p.57).

Utilizou-se também da pesquisa descritiva um método, na qual seu objetivo é descrever as características de uma população, um fenômeno ou experiência para o estudo realizado. Baseando-se em Gil (2007, p.44), as pesquisas desse tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Ela é realizada levando em conta os aspectos da formulação das perguntas que norteiam a pesquisa, além de estabelecer também uma relação entre as variáveis propostas no objeto de estudo em análise.

A metodologia então pode ser definida como a “discussão epistemológica sobre o caminho do pensamento, que o tema ou o objeto de investigação requer”, e são importantes que sejam apresentadas e justificadas os métodos, técnicas e dos instrumentos operativos. (MINAYO, 2007, p. 44).

Dessa forma, enquanto instrumento de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada com dois Assistentes Sociais de duas instituições não governamentais – ONG’s em Juazeiro do Norte-CE, sendo elas o Projeto Nosso Lar e a APAE – JN, as quais serão detalhadas no capítulo seguinte. A entrevista possibilita enorme expressão devido a todo o processo de escuta e recolhimento das indagações e opiniões do público entrevistado. Ela representa uma técnica de coleta de dados de suma relevância no sentido de aproximar o pesquisador com contato direto com o seu objeto de estudo.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, ou seja, estabelecer maior familiaridade com o problema. (GIL, 2008, p. 43).

Outro método utilizado foi a observação social, que através dos diálogos com os profissionais dentro das instituições, foi possível perceber em suas falas as emoções e sentimentos que eram respondidos a cada pergunta feita. Deste modo, compreende-se que tal instrumento é relevante para serem apreciados.

Aragão e Silva (2012, p. 58), afirmam:

A observação é uma ferramenta fundamental no processo de descoberta e compreensão do mundo. O ato de observar pode desencadear muitos outros processos [...] indispensáveis à interpretação do objeto analisado, principalmente se for feito com o compromisso de buscar uma análise profunda dos fenômenos observados.

Nesse sentido, a entrevista possibilitou extrair dos entrevistados suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador. A entrevista segundo (2008, p.39): “É necessária apurar e escutar, desenvolver o que o outro realmente está dizendo e seus interesses”. Essa técnica proporcionou ainda conhecer o fazer profissional e a perspectiva futura dos profissionais inseridos no terceiro setor. As questões elaboradas para a entrevista levaram em conta o embasamento teórico da investigação e as informações que o pesquisador recolheu no momento.

A entrevista proporcionou dados que contribuíram para o objeto da pesquisa, questionando de todas as formas que estiveram ao alcance, ela despertou em diversos momentos a investigação do pesquisador. A mesma provocou um diálogo, que foi bastante necessário, pautado pelo respeito e ética. A entrevista social é um dos instrumentos do assistente social que é mediador no processo de conhecimento, possibilitando que o assistente social se aproxime da realidade de sua demanda, superando a aparência dos fenômenos e adquirindo maiores possibilidades de interventivas diante das expressões da questão social.

3.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E SERVIÇO SOCIAL: UMA ÓPTICA DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR EM JUAZEIRO DO NORTE-CE POR MEIO DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS.

Neste tópico apresenta-se uma reflexão sobre o planejamento enquanto uma atribuição e competência do assistente social buscando evidenciar as tensões e os desafios na operacionalização do mesmo. Um dos pontos principais que se enfatiza

é que ao reconhecer o planejamento enquanto um ato técnico, dentro do processo de efetivação do fazer profissional.

Em sua história, o Serviço Social faz uso do planejamento como sendo instrumento para a operacionalização das ações em suas diferentes áreas de atuação, porém de uma forma limitada e com princípios mais práticos. O planejamento tradicional baseava-se em idealizações precedentes as ações, que se resumia a construção de documentos, produzidos por especialistas, que eram improgressivos e detidos a necessidades apresentadas pelas demandas.

O assistente social é um profissional assalariado que vende a sua força de trabalho em diversos espaços sócio ocupacionais. Na rotina profissional, o assistente social se utiliza das três principais dimensões que compõe a profissão (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa), evidenciando uma postura a favor da classe trabalhadora, buscando acalmar conflitos entre capital X trabalho, e, nesse cenário, o planejamento aparece enquanto princípio que colabora para suas decisões (IAMANOTO, 2009).

Para materializar aquilo que a profissão se propõe (posicionamento em favor da classe trabalhadora e empenho na construção de uma sociedade mais justa e igualitária social e economicamente), e não cair no chamado “praticismo” o conhecimento da realidade é o ponto de partida, ou seja, a apreensão e o desvelamento de como a “questão social” incide e se manifesta na vida dos indivíduos, bem como o entendimento de que a história é feita pelos sujeitos e pode configurar-se de formas distintas a depender de como se explicita e se configura a correlação de forças nos diferentes contextos históricos. (BERTOLLO: 2016; p. 349)

Para esse profissional, o planejamento abstém-se de ser uma ferramenta de estudo e se estabelece como um importante processo na sua prática, tornando-se um instrumento crucial para entender essa profissão que tem sua atuação com e na realidade, sempre refletindo sobre suas práticas para atender os mais variados tipos de demandas que aparecem na rotina profissional.

Desta forma, compete ao assistente social planejador, aplicador e analisador de planos, programas e projetos, dominar as apreensões entre a prática profissional e as barreiras impostas pelo assalariamento.

Baptista (2000 p.32) afirma que “[...] na prática, a (re)construção do objeto da ação profissional é um processo que envolve operacionalização das demandas institucionais, das pressões dos usuários e das decisões profissionais”. Frente a isto, é posta ao profissional uma polaridade entre o empregador e os usuários, que acaba

impondo ao profissional um “falso dilema”, nas palavras da autora. Dessa forma, Baptista afirma:

Na dinâmica contraditória da área social em que opera – que tem, por um lado, as exigências da ordem institucional e, por outro, os requerimentos daqueles que sofrem as consequências das relações sociais hegemônicas -, o dilema não está em optar, mas em ter a capacidade de atender as demandas que lhe são colocadas, superando as contradições. (Hidem; p. 33)

Assim, é imposto ao profissional que ele reconstrua o objeto de intervenção, evitando se mover ao impulso do imediato e também da praticidade que a instituição muitas vezes procura, buscando a superação das expressões da “questão social”, agindo em conjunto com os usuários e a instituição que oferta os serviços, contribuindo com a dimensão ético-política reconhecida pelo Serviço Social, ou como Baptista (2000, p.33) traz, “[...] trata-se de reestruturar essa demanda, mediando interesses diversos, numa determinada direção ético-política, o que significa reconstruir o objeto de intervenção”.

Acerca da postura do planejador, o que também é posto como uma competência do assistente social, Baptista afirma:

Se sua perspectiva da realidade se faz a partir de um ângulo conservador, o planejador vai percebê-la enquanto fato social objetivo, tomando como dado o limite da reflexão. Essa angulação do horizonte analítico, a positividade da forma pela qual as relações sociais se põem; [...] fazendo com que a apreensão do real se resuma nas questões colocadas no cotidiano, nas relações de consciência e de coerção cultural, não interessando o processo que está em sua gênese. (Hidem; p. 20)

Diante dessa perspectiva, não é considerado a estrutura das classes sociais em determinado momento sócio-histórico, que tem suas bases nas relações econômico-sociais na sociedade capitalista (BAPTISTA, 2000).

Nessa perspectiva, os sujeitos são considerados capazes de sugerir, argumentar, apoiar, modificar ou rejeitar algo que lhe seja proposto, pois eles não são vistos como indiferentes e estáticos, mas sim como sujeitos políticos.

Pode-se perceber que a principal atribuição do planejamento social é um processo de tomada de decisões. Torna-se um ferramenta essencial, por estar diretamente ligada as diversas escolhas que devem ser feitas no desenrolar desse processo. O envolvimento do planejador pode alterar dependendo das demandas que são impostas, suas atuações e a individualidade de cada caso.

Outro elemento importante é a operacionalização, que relaciona as atividades propostas efetuando as decisões que foram tomadas, “[...] cabendo aos técnicos sua consubstanciação em planos, programas e projetos, e, na ocasião oportuna, em sistematização das medidas para sua implementação” (Hidem; p. 23). Assim, para concluir tal processo, a ação acontece para se referir as medidas que vão transformar em realidade o que foi planejado, competindo ao técnico a orientação da implantação, do controle e da avaliação que vai reabastecer novamente o ciclo de planejamento, trazendo novas demandas a serem trabalhadas.

Para Bonin (2014, p. 32), “o amadurecimento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo que reconhecidamente o Serviço Social vem passando nos últimos 25 anos do século XX e as alterações nas relações societárias que estão reconfigurando as ações e espaços de trabalho dos assistentes sociais”, estão requisitando o processo de planejamento de um modo mais especializado. Vivemos em um contexto que se busca a redemocratização do país e a remodelação do profissional, o planejamento passa a ser refletido com maior aprofundamento na prática profissional, se inserindo no interior da profissão.

O planejamento não é, somente, um instrumento operativo, mas também é que os profissionais podem observar que existem diversas maneiras para exercer determinado projeto em meio à sociedade.

O tempo presente é tempo de fome, miséria, pobreza, desemprego, carência dos direitos mais elementares. Por outro lado, é tempo de comercialização desses mesmos direitos. Saúde, educação, habitação, transporte, segurança, lazer, previdência, etc., tudo é comercializado, vendido no mercado. (BERTOLLO, 2016, p. 352)

Com base nessas informações, é visto que a “questão social” e suas expressões são os objetos de atuação do profissional, surgem diversos desafios e tensões a serem enfrentados. Especialmente para a formulação de soluções e possibilidades de enfrentamento a situação.

Então, para Bonin (2014), a maior problemática está em compreender o planejamento como uma prática que não é limitada àquilo que é evidente. Por isso é necessário entender o planejamento como uma ação política, que considera análises, decide o que deve ser executado com base nas condições físicas e orçamentárias que lhe são dispostas, e estabelece as diversas ações a serem efetivadas em

meio a um arsenal de perspectivas e da simultaneidade dos indivíduos em participar dessas ações.

Teixeira, afirma que:

A formulação de políticas sociais, com as atuais exigências de democratização do espaço público, tende a atravessar o espaço estatal e civil da sociedade brasileira, deixando de ser cada vez mais decisão adstrita ao âmbito da gestão e do poder. Cabe, entretanto, a gestores e técnicos, processar teórica, política e eticamente as demandas sociais, dando-lhes vazão e conteúdo no processo de planejamento e gestão, orientando a sua formatação e execução. Não bastam pronunciamentos políticos gerais e abstratos que afirmem intenções sociais. É necessário que sejam materializadas por meio de um cuidadoso processo de planejamento institucional, com alcance capilar, indicando desde concepções globais até ações (na ponta), de execução de políticas públicas. (TEIXEIRA: 2009; p. 2-3).

O planejamento se configura como uma ação constante de reflexão-decisão-ação-reflexão. Que sim, pode vir a se deparar com obstáculos para intervir ou mediar conflitos nos espaços sócio ocupacionais, seja eles a inópia de recursos, a carência de profissionais ou o ambiente físico limitado.

As instituições que compõe o Terceiro Setor, especificamente as Organizações Não Governamentais (ONG's) são espaços de mercado de trabalho profissional que exige uma experiência qualificada para concretizar sua importância para aquele espaço. Pelo processo de publicização, o Estado transfere suas responsabilidades para a sociedade civil, buscando o enfrentamento da questão social.

As instituições que foram visitadas e pesquisadas são espaços destinados para atender uma parcela da população que é usuária desses serviços, o principal forte das mesmas é o trabalho socioeducativo, que crianças e adolescentes tornam-se protagonistas dessa história, principalmente por um perfil de situação de risco ou de vulnerabilidade social.

Não utilizamos nenhum critério para escolha de espaços para realizar as pesquisas, tendo em vista que as instituições que foram espaços de laboratórios para que nesses processos de observação, nós pudéssemos perceber esse contexto que os assistentes sociais estão postos.

As pesquisas ocorreram no Projeto Nosso Lar, que localiza-se na rua José Gonçalves de Almeida nº 170 A no bairro Tiradentes da cidade Juazeiro do Norte-CE, o mesmo foi fundado em 2005, com o objetivo principal humanamente todos os envolvidos através de si mesmos e através do conhecimento dos direitos e deveres garantidos na Constituição Federal, oferecendo mecanismos a onde eles possam

participar, opinar e acima de tudo exercer o direito de colaborarem nas decisões que estão ligadas a grande e permanente construção que é a cidadania.

Imagem I - ONG NOSSO LAR



Fonte¹

Atualmente a ONG conta com mais de 120 crianças e adolescentes e vivem de doações para que a equipe possa continuar com o trabalho e oferecer serviços que venham contribuir significativamente para o público atendido.

As ONG's dessa natureza são consideradas de extrema relevância, pois as mesmas desenvolvem a convivência social por meio de atividades socioeducacionais e culturais. Transformando esses jovens, para que sejam capazes de fazer suas escolhas no exercício do protagonismo como sujeito de direito, contribuindo para o crescimento de um mundo melhor, mais justo e solidário.

Assim pudemos perceber que seu crescimento na sociedade cresce gradativamente, realizando um trabalho social que a priori deveria ser o Estado. Cabe citar lamamoto (2001) afirma, que há um crescimento do Estado com Organizações Não Governamentais, que atuam na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos dentro das políticas de: saúde, educação, habitação lazer.

William Fagner Alves de Matos (2019)

É nesta conjuntura que as ONGs assumem gradativamente a responsabilidade pelas políticas e serviços sociais no Brasil, de forma fragmentada, e a partir de “parcerias”. Sua atuação por meio de projetos e parcerias limitam o atendimento satisfatório e universal dos direitos sociais, pois atuam em determinado micro-espço, não apresentando repercussão mais ampla. Outro elemento que limita a sua atuação é o financiamento que está sujeito aos ditames dos financiadores e da conjuntura internacional e nacional, interferindo fundamentalmente na sua intervenção.

As duas imagens abaixo representam crianças tendo uma oficina/atividade proporcionada pela instituição, modalidade essa que foi muito discutida nas entrevistas, quando perguntamos qual é a atividade de maior interesse dos usuários e foi nos respondido: às aulas de músicas e teatro. Sendo esse uma das maneiras que mais envolve a observação e escuta do Assistente Social, através do lúdico um problema pode ser diagnosticado.

Imagem II:



Fonte²

Uma boa convivência entre crianças e adolescentes traz grandes avanços no que concerne a forma pela qual são vistos, é atribuição do Assistente Social proporcionar através destes momentos o contato direto que é os trabalhos de grupo, com isso ele desenvolverá atividades educativas, como são geralmente realizadas nos CRAS, CREAS e demais espaços.

Acontece uma relação muito íntima na maioria das vezes entre usuário e profissional isso devido essa aproximação direta com o usuário. Criando ambientes como esses, o assistente social dialoga iniciando o processo de identificar as questões

que permeiam a realidade do usuário, utilizando-se da mediação como um referencial teórico da sua intervenção.

Assim podemos comprovar o quanto esse processo de diálogo, visa conhecer e intervir na realidade social, econômica, cultural e política.

Ronconi e Wieczinsky (2010, p. 7), afirma:

As entidades do terceiro setor através do Assistente Social devem assim, desenvolver ações que promovam a democracia, a liberdade e a participação da sociedade. Devem desenvolver um tipo de gestão que resgate as demandas universalistas, no sentido de cobrar do Estado o desenvolvimento de políticas públicas, fiscalizar essas políticas e denunciar as irregularidades no desenvolvimento dessas políticas. Este sim é o pleno exercício da cidadania.

O assistente social possui a atribuição por meio de qualificação e competências, com objetivo de dar respostas e estratégias para que haja possibilidades de enfrentamento no que diz respeito ao avanço do projeto neoliberal.

Imagem III:



Fonte ³

As famílias dos usuários são públicos atendidos pelo menos (duas vezes no mês) que além de acompanharem as atividades pedagógicas e sócio educacionais de seus filhos, o assistente social por diversos encontros realizados pela instituição. Muitas dessas famílias têm seus direitos violados, e são desorientados a ponto de nem saber questionar, a participação em reuniões, palestras e grupos de convivên-

cia permite que despertem um sentimento de reivindicação a partir de conhecimentos acerca de seus direitos e conseqüentemente uma melhoria na qualidade de vida.

Para Bairro, Carloto, Pires, Santos e Silva (2016) a reunião é um instrumento presente no cotidiano do assistente social, seja na atuação com grupos, nos encontros com usuários das políticas públicas ou nas reuniões de equipe. A reunião têm como característica, intervir em espaços coletivos provocando reflexão crítica.

Por fim e não menos importante a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A Rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional. Nosso último laboratório de pesquisa de campo foi a APAE-Juazeiro do Norte-CE, localizada na Av. Leão Sampaio, 384-422 - Lagoa Seca, Juazeiro do Norte – CE que atende em torno de 450 crianças de toda a região do Cariri e até mesmo Pernambuco. O público prioritário são crianças a de 0 á 3 anos que seja diagnóstica com uma deficiência. Confira a faixa da instituição abaixo:

Imagem IV:



Fonte ⁴

O Serviço Social na APAE tem suas atividades e ações fundamentadas em conformidade com a Lei Nº 8742/93 – LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, que trata da regulamentação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, considerando a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado. Uma vez atingidos os objetivos que constam na LOAS, é indispensável olhar para o que

William Fagner Alves de Matos (2019)

diz o Art. 3º da referida lei: “Consideram-se entidades e organizações de Assistência Social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.”

Uma vez atingidos os objetivos que constam na LOAS, é indispensável olhar para o que diz o Art. 3º da referida lei: “Consideram-se entidades e organizações de Assistência Social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.”

As atividades estão pautadas ainda, na Norma Operacional Básica – NOB que regula o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, na Política da Pessoa com Deficiência, no Programa Nacional dos Direitos humanos e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Imagem V:



Fonte ⁵

O Serviço Social desenvolve ações socioeducativas de cunho humanizador junto às famílias, prestando atendimento na garantia de direitos sócio assistenciais, civis e políticos com o objetivo de facilitar a relação interpessoal de seus membros, sua integração na comunidade e conseqüentemente a inclusão social e a busca pela autonomia. Sua principal meta é oportunizar ao usuário o acesso aos serviços oferecidos pela instituição e rede pública, bem como o conhecimento de outros serviços

Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/especial-publicitario/vale-cap/aqui-a-sorte-e-regional/noticia/2016/05/apae-de-pinda-recebe-mais-de-r-100-mil-em-doacoes.html>

que possam facilitar a aquisição e ampliação de direitos, na comunidade em que vivem.

Também procura articular políticas, diretrizes e estratégias que garantam o acesso da pessoa com deficiência e seus familiares às políticas públicas além de viabilizar o acesso da pessoa com deficiência, trabalhando várias questões das políticas sociais de previdência, assistência social, saúde, educação orientando a todos os seus direitos.

Imagem VI



Fonte ⁶

No contexto e na realidade peculiares de cada grupo familiar, procura implementar ações voltadas às famílias com maior vulnerabilidade e risco social, garantindo seu acesso aos serviços públicos e orientando sobre o trabalho desenvolvido pelos Conselhos Tutelares, Promotoria e Defensoria Pública, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, CRAS, CREAS, BPC/LOAS e Previdência Social, entre outros.

A APAE integra-se à rede sócio assistencial no atendimento especializado destinado a pessoas com deficiência e todas as ações e intervenções realizadas estão contidas no Plano de Ação 2019 desenvolvido em conjunto com toda equipe técnica.

A atuação do Assistente Social norteia-se sob o paradigma da Constituição do direito sócio assistencial e na busca pela efetivação desses direitos, contando com parceiros que abraçam o trabalho desenvolvido por esta instituição. O principal obje-

Disponível em: <https://apaebritil.org.br/noticia/trabalho-da-apaepe-na-assistencia-a-criancas-com-microcefalia-e-destaque-do-fantastico>

tivo do setor é a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismo visando à inclusão social, a equiparação de oportunidades, a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiências prevenindo a exclusão e o isolamento, contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida dos usuários, bem como preservando sua integridade.

Por fim, analisamos criticamente cada ponto e chegamos a não tratamos aqui de desqualificar a atuação de profissionais nesses espaços, mas constatar que, além da Administração/Coordenação das instituições, somente para o Serviço Social as debilidades gerenciais do Terceiro Setor se consubstanciam em objeto de intervenção profissional – desde que apreendidas como questões sociais – uma vez que o desempenho insatisfatório destas instituições resulta em maior vulnerabilidade social dos sujeitos destinatários de seus serviços.

Neste contexto, consideramos que a atuação do assistente social alcançará resultados práticos mais consistentes, especialmente a médio e longo prazo, nas funções gerenciais ou em assessoria direta aos gestores.

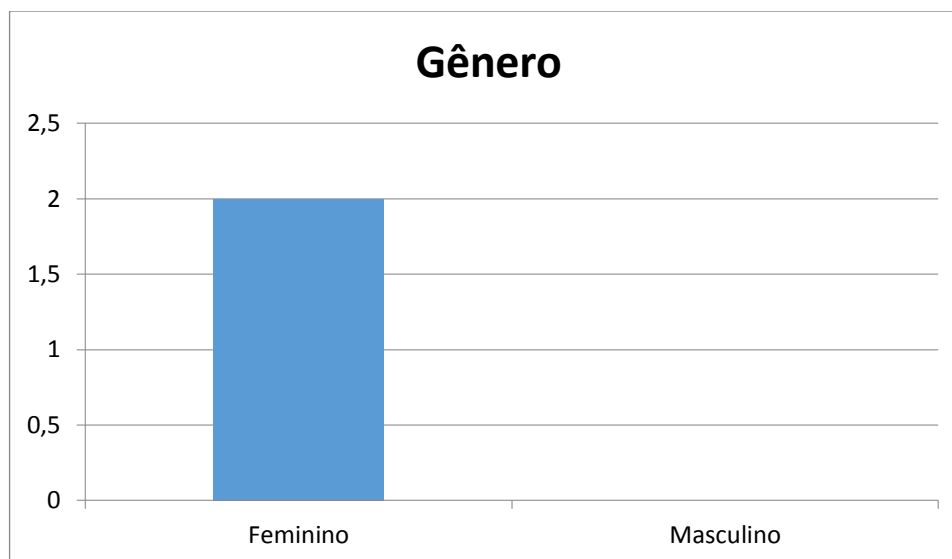
3.3 CONCEPÇÕES E AS EXPERIÊNCIAS VIVENCIAS NAS ONG'S: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Este tópico apresenta o resultado da entrevista realizada com os Assistentes Sociais do Projeto Nosso Lar e da APAE – JN, utilizando gráficos e as respostas subjetivas dos entrevistados, visando responder às hipóteses levantadas inicialmente, a saber: Existem oportunidades para os profissionais desenvolverem seu trabalho nesse espaço sócio ocupacional? Quais as dificuldades encontradas para o assistente social efetivar os direitos dos usuários? Se a atuação do assistente social está coerente com Projeto Ético Político e se o mesmo emancipa os sujeitos que fazem parte desses lugares?

A pesquisa foi desenvolvida em duas datas distintas, uma das entrevistas correu no dia 22 de maio de 2019 na APAE e a outra aconteceu no Projeto Nosso LAR no dia 05 de junho do corrente ano.

Desse modo, a seguir será apresentada a análise dos resultados das entrevistas.

Gráfico da Pergunta 01 - GÊNERO



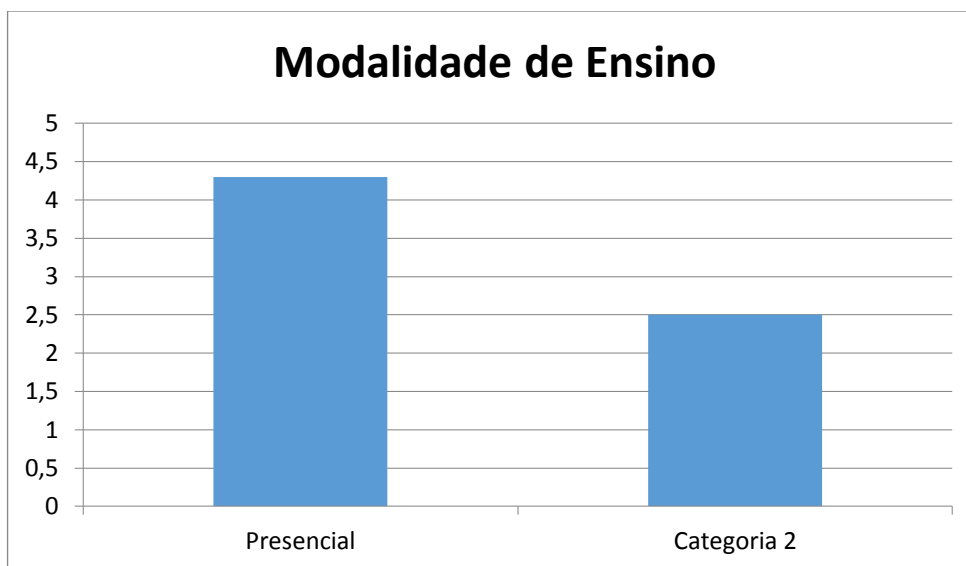
Fonte: Primária, 2019.

No que diz respeito à atuação do Assistente Social nas ONG's em Juazeiro do Norte-CE, é possível perceber que a atuação feminina vem conseguindo alguns espaços de forma considerável, que isso reflete nas mais diversas áreas de atuação, visto que, na maioria das vezes o seu empenho e trabalho proporciona um maior cuidado e detalhamento das ações desenvolvidas, provocando mudanças consideráveis.

Porém, por haver mais predominância feminina na Assistência Social, não quer dizer que a prática profissional seja passeada nos valores relacionados ao feminino, uma vez que os valores e ações não são determinados pelo sexo, e sim pelo social, ou seja, mesmo tendo uma “dominação” feminina e um destaque em sua atuação, a atuação é voltada para as necessidades sociais.

Acredita que nas ONGs ou em outros espaços sócio ocupacionais, o assistente social pode manter e ampliar o Projeto Ético-Político da categoria, que está consolidado no Código de Ética Profissional de 1993, de forma comprometida com as lutas mais amplas da classe trabalhadora. Contudo, é preciso considerar que este profissional está inserido em uma sociedade burguesa e, por isso, possui a sua consciência e vinculação de classe, e está envolvido por questões macroconjunturais e da realidade microssocial de atuação

Gráfico da Pergunta 02 – MODALIDADE DE ENSINO



Fonte: Primária, 2019.

Percebe-se que a modalidade de ensino que predomina é a presencial, a qual fornece um maior envolvimento por parte do profissional, a fim de provocar no mesmo uma melhor atuação frente às lutas e desafios da sua atuação.

Conforme Iamamoto (2017, p. 620):

O conteúdo da formação está sustentado em três núcleos temáticos, o que representa uma inovação na maneira de pensar a formação acadêmica. São eles: a) Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; b) Núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito; c) Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, abrangendo elementos constitutivos do Serviço Social enquanto especialização do trabalho: trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

A formação do profissional possui grande implicância no que diz respeito a atuação do Assistente Social, a qual serve de base para um bom desenvolvimento das atividades realizadas pelo mesmo no seu campo de atuação, bem como ainda provoca um olhar crítico diante dos mais diversos contextos.

Por conseguinte, na 3ª indagação, quando questionadas sobre a materialização do Projeto Ético-político do Serviço Social nas instituições, as mesmas afirmam:

Não existir nenhum empecilho para colocá-lo em prática, pois as instituições fornecem total autonomia para o profissional exercer o seu trabalho com êxito (PROFISSIONAL 1).

A instituição permite desenvolver um trabalho seguindo o mesmo, seguindo as diretrizes do código de Ética Profissional (PROFISSIONAL 2).

Desse modo, é visto que não há nenhuma dificuldade para colocar em prática o Projeto Ético-político do Serviço Social, tendo autonomia para realizar as atividades de forma competente e seguindo as diretrizes da profissão.

Guerra (2007, p.15) ressalta sobre essa autônoma do Assistente Social:

[...] enriquecimento da instrumentalidade do exercício profissional resulta num profissional que, sem prejuízo da sua instrumentalidade no atendimento das demandas possa antecipá-las, que habilitado no manejo do instrumental técnico saiba colocá-lo no seu devido lugar (qual seja, no interior do projeto profissional) e, ainda, que reconhecendo a dimensão política da profissão, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital.

Segundo Silva (2002) O Projeto Ético-Político do Serviço Social, nasceu entre o final da década 1970 e início dos anos 1980, através da crítica de muitos profissionais a respeito dos métodos conservadores e tradicionais existentes na prática profissional do Assistente Social.

Mota (2011; p. 58) afirma que:

O projeto adota princípios e valores baseados no reconhecimento da liberdade, no reconhecimento da autonomia, emancipação e plena conquista dos direitos sociais, defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, socialização da participação política e da riqueza produzida; posicionamento a favor da equidade e da justiça social, universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo; compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores, dentre outros princípios e valores que aparecem elencados em várias publicações e documentos normativos do Serviço Social.

Assim, esse princípio e valores norteiam a prática e o posicionamento ético, político e técnico do assistente social, visando favorecer os interesses das minorias e da classe trabalhadora. Desse modo, pode-se dizer que efetivação do projeto está ligada ao conjunto de intervenções desse profissional, tais como: ações de atendimento direto aos usuários, participação e controle social, ações de mobilização e

investigação, planejamento e gestão, qualificação e formação profissional, entre outros.

A vista disso, na 4ª questão, as entrevistadas salientaram que as principais atividades realizadas nas instituições, são:

Acolhida, entrevista, triagem, palestras socioeducativas, rodas de conversas, visitas domiciliares, encaminhamento para as redes, promoção de direito e cidadania, atividades sociocultural e outras (PROFISSIONAL 1; PROFISSIONAL 2).

Através da fala das profissionais, percebe-se que as atividades desenvolvidas seguem as diretrizes do Projeto Ético-político do Serviço Social, em que todas visam atender as necessidades dos usuários.

Para Porfirio (2016), o Assistente Social no Terceiro Setor atua de modo a responder a questão social, a qual foi discutida anteriormente, atuando em diversas áreas que afetam a sociedade, prestando assistência às pessoas e famílias, trabalhando em defesa dos direitos das mesmas. Assim, pode desenvolver atividades como: Implantar a Política de Assistência Social de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/93; Auxiliar na elaboração e execução do plano estratégico; desenvolver pesquisas para definir o perfil social dos usuários; Identificar necessidades individuais e coletivas; Fornecer orientações socioeducativas; realizar encaminhamento utilizando os serviços da rede sócio assistencial; Participar e coordenar discussões de casos e sobre a política de atendimento local.

À vista disso, é possível verificar que a presença do Assistente Social no contexto das ONG's é de suma importância, uma vez que a sua atuação prioriza os direitos e assistências às minorias e a população, pode-se dizer, “esquecida” pelas autoridades, visando um posicionamento crítico e atuação dessas nas atividades da sociedade civil. Além de ser um campo que proporciona outra visão de atuação ao profissional.

Na 5ª indagação foi questionado sobre as principais dificuldades encontradas na instituição, que elas ressaltaram:

Financeira: ausência do poder público; busca por parceiro para ajudar a custear as despesas; precarização do trabalho. (PROFISSIONAL 1).

Financeira, recebe uma parcela do SUS, mas falta parcerias; dificuldade de lidar com as mais diversas demandas (PROFISIONAL 2).

As parcerias público-privadas são contratos que estabelecem vínculo obrigacional entre a Administração Pública e a iniciativa privada visando à implementação ou gestão, total ou parcial, de obras, serviços ou atividades de interesse público, em que o parceiro privado assume a responsabilidade pelo financiamento, investimento e exploração do serviço, observando, além dos princípios administrativos gerais, os princípios específicos desse tipo de parceria.

Assim, é possível observar que o Terceiro Setor é um campo de atuação desafiador, tendo em vista que o suporte para essa atuação é precário e dificulta o desenvolvimento de uma atuação competente que possibilite uma melhor qualidade ao serviço.

Desse modo, Wieczinsky e Ronconi (2010, p. 6) apontam:

É neste viés que o Assistente Social deve inserir-se. O terceiro setor para o Assistente Social é um espaço profissional que deve ser ocupado com criatividade e competência técnica, teórica e política. Estes são os pressupostos que devem reger a ação profissional nestas instituições. Devem não apenas ser um executor de programas ou projetos, mas um planejador e proponente de políticas públicas que possam vir ao encontro dos interesses da maioria da população.

Wieczinsky e Ronconi (2010, p. 7), ainda continuam:

As entidades do terceiro setor através do Assistente Social devem assim, desenvolver ações que promovam a democracia, a liberdade e a participação da sociedade. Devem desenvolver um tipo de gestão que resgate as demandas universalistas, no sentido de cobrar do Estado o desenvolvimento de políticas públicas, fiscalizar essas políticas e denunciar as irregularidades no desenvolvimento dessas políticas. Este sim é o pleno exercício da cidadania.

Portanto, o Estado tem que buscar e trabalhar uma postura diferente, pois a sociedade se move, e aqui não precisamos lembrar que a sociedade é o próprio Estado, através de seus representantes, fugindo neste ponto da ideia inicial do prisma meramente político, mas que, em referência a todo preenchimento humano.

Estatual, faz-se parte de uma mesma cidadania, pois encontramos num só corpo social. O que se entende é que a discussão desse modo integrado de atuar das políticas sociais, que está presente na Constituição Brasileira de 1988, foi um

salto de qualidade, pois se reconheceu o direito do cidadão à saúde, à educação, entre outras coisas. Essa nova realidade que está sendo construída estabelece uma nova relação entre Estado e Sociedade, entre público e privado.

Diante disso, outro (6ª indagação) ponto pertinente que foi discutido na entrevista diz respeito ao fato das entrevistadas reconhecerem o Terceiro Setor como um novo campo de atuação do Assistente Social. Para tanto, com relação a isso, ressaltaram que:

O terceiro setor é uma nova alternativa de atuação que proporciona o empoderamento social, proporcionando justiça, cidadania, direito e um conhecimento mais crítico. É ainda um espaço de luta para efetivação dos direitos sociais (PROFISSIONAL 1; PROFISSIONAL 2).

Em razão disso, se faz fundamental destacar que as ONG's fazem parte do desenvolvimento da sociedade civil, as mesmas são ainda expressões das relações sociais, socioeconômica e político, servindo enquanto canal que "serve" à comunidade.

Empoderamento, junto com participação, é um conceito e uma abordagem que tem sido conquistada e expressa uma tendência predominante a partir dos anos 1990. Entretanto para Romano e Antunes (2002) o empoderamento é interpretado pelos diversos setores da sociedade de formas diferentes, o que para os autores distancia-se do real significado de empoderamento. Segundo Romano e Antunes (2002), o empoderamento é:

"[...] uma abordagem que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento; um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir" (ROMANO; ANTUNES, 2002).

A categoria empoderamento é indicada nessa perspectiva de processo, em que os indivíduos-alvo tenham acesso o conhecimento, os instrumentos e os meios para obter autonomia crítica indispensável quando sujeitos sociais objetivam o protagonismo social. Friedman (1996 *apud* LISBOA, 2008) afirma que empoderamento "é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania". Trata-se

de empoderamento que possibilitaria os sujeitos alcançar o nível de autonomia necessário para sua participação nos processos decisórios.

Assim, Maxwell ([s.d], p.39) afirma:

Neste sentido, além de se constituírem em novos espaços de trabalho para os assistentes sociais, uma aproximação sobre a atuação dos profissionais de Serviço Social nas ONGs demonstra que este campo é bastante tensionado, como são em regra os demais espaços de atuação dos assistentes sociais.

Portanto, é visto que é um campo que busca por uma atuação do profissional que aproxime o Terceiro Setor da realidade social, a fim de desenvolver planos estratégicos que possibilitem igualdade social.

Por último (7ª pergunta) diz respeito a avaliação das profissionais com relação aos serviços oferecidos para os usuários no que se refere ao Serviço Social, diante disso salientaram:

Excelente: o assistente social tem contato direto com a família; tem êxito para proporcionar melhor qualidade de vida; efetivação de direitos; busca da igualdade e da inclusão; luta por justiça e cidadania, tudo pensando no sujeito (PROFISSIONAL 1; PROFISSIONAL 2).

É visto que o trabalho do Assistente Social no Terceiro Setor possui seus desafios, no entanto é um espaço que provoca as movimentações para que seja exercidos os direitos do sujeito, atuando de forma a manter a sobrevivência social.

Para Iamamoto (2008):

O assistente social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas públicas e privadas, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais. Tem-se aí uma dupla possibilidade. De um lado, a atuação do assistente social, pode representar uma “invasão da privacidade” através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado ou da empresa. De outro lado, ao desvelar a vida dos indivíduos, pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de estudos sociais. O Serviço Social atua numa zona de fronteira entre o público e o privado (IAMAMOTO: 2008; p. 357).

Assim, é importante destacar que o Assistente Social é um executor nas políticas públicas, buscando a manutenção e força de trabalho, suprimindo as necessidades dos indivíduos e lutando por democracia.

Salienta-se que os Assistentes Sociais atuam no campo das políticas sociais e públicas com o objetivo de viabilizar os direitos da população, seja na saúde, na educação, na previdência social, na habitação, na assistência social e na esfera do trabalho, da justiça, ONGs, dentre outros campos.

O que se entende é que esse nunca poderá estar contra à posicionamento que seja a favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

Ressalta-se, que já no que se refere à família é importante destacar que o profissional adote uma postura sócio educativa, de trocas numa relação horizontal, tendo em mente o respeito à individualidade de cada família, procurando não fazer julgamento de valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber que o objetivo de produzir uma reflexão crítica sobre as novas possibilidades de atuação do assistente social junto as ONG's, foi alcançado, uma vez que foi percebido e discutido aspectos relevantes sobre tal atuação.

É possível perceber que, toda esta lógica é funcional à ideologia neoliberal, uma vez que se adéqua as necessidades de reordenamento capitalista. O "Terceiro Setor" é um fenômeno contemporâneo, polêmico e marcado pela não distinção à sociedade civil, cujo último fim é enfraquecer a centralidade das lutas de classes e desarticular os elementos reais destas lutas sociais, colocando a sociedade civil como homogênea (como se fosse constituída por um mesmo projeto de sociedade).

Por outro lado, é visto o quanto essas instituições fazem diariamente surgir um novo espaço de atuação para o profissional que vai trabalhar nas entrelinhas, tanto fazendo e reivindicando os direitos dos usuários e desconstruir as estratégias de enfrentamento da questão social que são pautadas na autoajuda, no voluntariado, na solidariedade e na responsabilidade social. Reafirmando que sua luta é pela classe trabalhadora, que o Código de Ética é capaz sim de mudar a nova história.

Com isso, essa pesquisa possibilitou a análise e problematização do cotidiano profissional das Assistentes Sociais, das demandas para o Serviço Social, assim como os limites e possibilidades profissionais e por último no que diz respeito à articulação entre o projeto ético-político e a atuação profissional nas ONG'S de Juazeiro do Norte-CE. Diante disso, chega-se a algumas conclusões e resultados: que os serviços não saem conforme o profissional deva fazer.

O Terceiro Setor surge para o Assistente Social que é um profissional que além de colaborar para o melhor desenvolvimento das atividades é o grande responsável para defender, para formular as políticas públicas e os programas sociais esse novo espaço sócio-ocupacional, atuando de maneira única e exclusiva na Política de Assistência Social, formulando diversas ações que consigam promover a educação, o trabalho, a saúde e o bem estar.

Acredita-se que nas ONGs ou em outros espaços sócio ocupacionais, o assistente social pode manter e ampliar o Projeto Ético-Político da categoria, de forma comprometida com as lutas mais amplas da classe trabalhadora. Contudo, é preciso considerar que este profissional está inserido em uma sociedade burguesa e, por

isso, possui a sua consciência e vinculação de classe, e está envolvido por questões macroconjunturais e da realidade microssocial de atuação.

Muitas vezes, essas ONGs trazem uma construção filantrópica, o que não vai ao encontro da atuação do assistente social. Sua função caracteriza a emancipação dos sujeitos que lá estão sendo atendidos e não uma propagação da conjuntura.

O que se prova a necessidade essencial de um assistente social dentro dessas organizações não governamentais, pois não está trabalhando diretamente na garantia dos direitos, de forma que seja efetivado e disseminado entre a população Usuária.

Portanto, a presente pesquisa tem extrema importância para o campo acadêmico, servindo como suporte para futuras pesquisas e estudos no âmbito do Terceiro Setor e o Serviço Social, também traz uma relevância social no que diz respeito ao ofertar informações sobre uma temática pertinente e que necessita ser discutida ainda mais.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- ÁLVARES, L. C. **O estudo social: Um processo capaz de viabilizar direitos?**. Franca, 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual.
- ANDRADE, M. A. R. A. de. **Pensar e repensar a formação profissional: a experiência do curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – Franca**. Franca, 2007, 179 f. Tese (livre-docência) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento - Introdução à Metodologia do Planejamento Social**. São Paulo: Editora Cortez 1978.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora, 2000.
- BARBOSA, S. K. et al. Serviço social na contemporaneidade, novas demandas, desafios à atuação profissional. **Revista interfaces**, v. 3, n. 11, p. 134-138, 2016.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social - Fundamentos Ontológicos**. 7ª edição. Editora Cortez. São Paulo. 2008. “Fundamentos éticos do Serviço Social”. Texto aplicado à 2ª disciplina do Curso de pós graduação: Serviço Social - Direitos sociais e competências profissionais. CEAD UNB. 2009. p 1- 24.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo 3. Brasília, UnB/CEAD, 2000.
- BERNARDINO, R. V. Terceiro setor: um campo de atração do serviço social sobre a questão social no contexto neoliberal. **O social em questão**, n.36, p. 457-464, 2016.
- BERTOLLO, Kathiúça. **Planejamento em serviço social: tensões e desafios no exercício profissional**. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/11943>>. Acesso em: 06 de Maio de 2019.
- BONIN, Silvana. PLANEJAMENTO E SERVIÇO SOCIAL. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/125116>>. Acesso em: 06 de Maio de 2019.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emendas **Constitucionais de Revisão**, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRITO, J. D de. **Os desafios do serviço social no terceiro setor: um recorte sobre a atuação do assistente social no SESC-DF**. Universidade Católica de Brasília, 2014.

BRUYNE, P. de et alii. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAMPANA, P. O impacto do neoliberalismo no direito do trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico. **Revista de informação legislativa**, v. 37, n. 147, p. 129-144, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 1995.

FACEIRA, L. da S. **A política educacional no contexto neoliberal**. Universidade & Sociedade. Ano X, nº 22- Nov/2000.

FERNANDES, R. C. O que é terceiro setor? In: IOSCHPE, E (org). **Terceiro Setor: Desenvolvimento Social sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GARCIA, E. A. C. **Manual de sistematização e normalização de documentos técnicos**. São Paulo: Atlas, 1998.

GASPAROTTO, G. P. GROSSO, P. K. VIEIRA, M. S. O ideário neoliberal: A submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. **XI Seminário internacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea**. 2014.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GUERRA, Yolanda. "Ontologia do ser social: bases para a formação profissional" In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n.54. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, Yolanda. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do Serviço Social** , 2.ed. revista, São Paulo: Cortez, 1999.

GUERRA, Yolanda: **A Instrumentalidade do Serviço Social**, 6º ed. Cortez, 2007.

GUIMARÕES, Juca. Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/07/previdencia-bolsonaro-planeja-cortes-na-renda-de-idosos-e-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em 06 de Maio de 2019.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. 2009 Disponível em: <https://www.unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INVERTA. **Privatização e neoliberalismo**. S/D. Disponível em: <<https://inverta.org/jornal/edicao-imprensa/405/internacional/privatizacao-e-neoliberalismo-1>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LAURELL, Ana Cristina (org.) (1995). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo, Cortez/CEDEC.

LISBOA, T. K. **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. 2008. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MEDEIROS, Sheila da Silva Oliveira de. **Serviço social e condições de trabalho: perspectivas e desafios para a política de assistência social no município de Natal/RN**. 2017. 168f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MAXWELL. **O Serviço Social no “Setor” de ONG’s**. PUC, Rio de Janeiro, S/D.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012b.

MIOTO, R. C; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **R. Katál**, v. 16, n. esp., p. 61-71, Florianópolis, 2013.

- MONTAÑO, Carlos Eduardo. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da Sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 59. São Paulo: Cortez, 1999.
- MONTAÑO, Carlos. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Serviço Social E Sociedade** (São Paulo), ano XVIII, n.53, p. 102-25, mar. 1997.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente**. Editora Cortez, 6.ed. São Paulo;2010.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**; crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002. 288 p.
- MONTAÑO. C. A natureza do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOTA, A. M. A. Projeto ético político do serviço social: limites e possibilidades. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 56 - 68, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/3215/321527168005/>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- NASCIMENTO, R. T; MARIA ROMERA, V. **Serviço social na sociedade contemporânea: Direção social**. Presidente Prudente, S/D.
- NETTO, J.P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.
- NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do serviço social**. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
- NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.
- NETTO. José Paulo . A Construção do Projeto ético – político frente à crise contemporânea. In: **Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo I, CFESS/ CRESS/ ABEPSS/ CEAD, 1999.
- PAIVA, B. A; ROCHA, M; CARRARO, D. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Ser Social**, Brasília, v.12, n.26, p. 147-175, jan/jun, 2010.
- PAULISTA. **Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**. Franca, 2012.
- PILONI, T. **A intervenção social do terceiro setor no contexto neoliberal: o fetiche da participação democrática e da solidariedade voluntária**. (Programa de pós-graduação) Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.
- PORFIRIO, S. **O Trabalho do/a Assistente Social nas ONG´s a partir das demandas, possibilidades e desafios para a Intervenção Profissional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2019.

- RAMALHO, Zé. Cidadão. (*Freveador*) 1992. (Web)
Redação do RBA. RBA Rede Brasil Atual, 2019. Disponível em:
<<https://www.redebrasilatual.com.br/>>. Acesso em 05 de Maio de 2019.
- ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil Acti, dez. 2002.
- RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. **Os dilemas gerenciais do serviço social**. Disponível em: www.portalsocial.ufsc.br/publicaca/dilemas_gerenciais.pdf. Acesso em 29 jan. 2010.
- SADER, E. Direitos e esfera pública. **Serviço e sociedade**, n. 77, p. 5-10, São Paulo, 2004.
- SILVA, L. L da. **O trabalho do Assistente Social no “Terceiro Setor”**: A superação das dificuldades e a construção de caminhos. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- TAMAROZZI, G. A; DIAS, W, S. Atuação profissional do serviço social no campo das ONGs: Reflexões acerca da instrumentalidade do exercício profissional. **Revista Multidebates**, v. 2, n.1, p. 312-325, Palmas-TO, 2018.
- TEIXEIRA, F. J. S. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.
- TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Documento digital em formato PDF. Disponível em: <<http://cressrn.org.br/files/arquivos/5x595ziU0wuEf5yA63Zw.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2019.
- VASCONCELOS, A. M. de. **A/O Assistente Social na Luta de Classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- WIECZYNSKI, Marineide; RONCONI, Luciana. **Gestão e sustentabilidade para o terceiro setor** : os novos rumos para o serviço social. Disponível em: <<http://www.portalsocial.ufsc.br/publicacao/gestao.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2019.
- YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: **CFESS-ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e política social**, módulo 4. Brasília: UNB/CEAD, 2000.

APÊNDICES



TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO

Esta pesquisa traz como temática: Serviço Social e Terceiro Setor: As novas possibilidades de atuação do Assistente Social junto as ONG's, desenvolvido pelo acadêmico do Curso de Serviço Social WILLIAM FAGNER ALVES DE MATOS. A pesquisa traz como Objetivo Geral: Produzir uma reflexão crítica sobre as novas possibilidades de atuação do assistente social junto as ONG's.

A participação na pesquisa deverá ser realizada de forma voluntária e caberá ao senhor/senhora decidir se irá participar da pesquisa, respondendo às perguntas que será realizada durante a entrevista semiestruturada. A coleta de dados ocorrerá através de entrevista com perguntas semiestruturada, mantendo a ética e integridade física e moral do participante.

O acadêmico estará à disposição para responder a qualquer dúvida, prestando total esclarecimento que for necessário sobre o processo da pesquisa, bem como seu professor orientador.

Diante disso, eu:

_____, declaro estar devidamente esclarecido sobre a pesquisa a ser realizada e dou meu consentimento para participar da mesma, autorizando o uso dos dados na publicação dos resultados obtidos.

Juazeiro do Norte – CE, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do participante

WILLIAM FAGNER ALVES DE MATOS



ENTREVISTA- ASSISTENTE SOCIAL

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

01. Gênero:

() Feminino () Masculino

02. Modalidade de ensino:

Presencial () AED ()

03. Como você considera a materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social dentro da Instituição?

04. Quais as principais demandas que é feito pelo Assistente Social nesta instituição?

05. O que você enxerga como dificuldades encontradas na Instituição?

06. Consegue enxergar o Terceiro Setor como um novo campo de atuação profissional do Assistente Social?

07. Como avalia os serviços oferecidos para os usuários no que se diz respeito ao Serviço Social.

Ruim Regular Bom Excelente

() () () ()

Porquê
